



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
LICENCIATURA E BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ARETHA ARAÚJO DE ALMEIDA
BENEDITA DE FÁTIMA ALVES SARDINHA

**QUAL SINDICALISMO? UMA ANÁLISE DO PAPEL SOCIAL DO SINDICATO
NA ATUALIDADE**

**Macapá-AP
2015**

ARETHA ARAÚJO DE ALMEIDA
BENEDITA DE FÁTIMA ALVES SARDINHA

**QUAL SINDICALISMO? UMA ANÁLISE DO PAPEL SOCIAL DO SINDICATO
NA ATUALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Amapá, como pré-requisito para obtenção do título de graduada em Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado), sob a orientação do Prof. Dr. André Rodrigues Guimarães.

**Macapá-AP
2015**

ARETHA ARAÚJO DE ALMEIDA
BENEDITA DE FÁTIMA ALVES SARDINHA

**QUAL SINDICALISMO? UMA ANÁLISE DO PAPEL SOCIAL DO SINDICATO
NA ATUALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Amapá, como pré-requisito
para obtenção do título de graduada em Ciências
Sociais (Licenciatura e Bacharelado), sob a orientação
do Prof. Dr. André Rodrigues Guimarães.

Aprovado em ___/___/___

Banca Examinadora

Prof. Dr. André Rodrigues Guimarães (Orientador)

Instituição: UNIFAP

Prof. Dr. Iuri Cavlak (Examinadora I)

Instituição: UNIFAP

Prof. Dr. Emanuel Leal de Lima (Examinador II)

Instituição: UNIFAP

DEDICATÓRIA

*Ao meu companheiro Márcio, por me apoiar
Cotidianamente nas lutas.*

Aretha Araújo

*À minha mãe Maria e ao meu pai Miguel que
representam os símbolos da classe trabalhadora.*

Benedita Sardinha

AGRADECIMENTOS – Aretha Araújo

Gratidão a tudo que me ensinou a ser luz, diante de tanta escuridão. Principalmente aos amigos, minha mãe e meus companheiros Idian e Márcio.

AGRADECIMENTOS – Benedita Sardinha

Agradeço a minha mãe que diante das dificuldades sempre acreditou que um futuro melhor sem concretizaria se os filhos tivessem todas as condições de fazer parte de outra história. Via na educação saída para dias melhores, por isso tenho certeza que esse ensinamento induz este trabalho, por uma educação pública, gratuita e de qualidade, por uma educação fora dos padrões dominantes. A luta diária é nossa maior estratégia. Obrigada Mãe, pelo amor e pela esperança. Desculpe, caso eu falhe em lhe fazer feliz.

Ao meu pai, um sorridente, minhas lembranças de você são representadas por esse gesto que considero lindo. Obrigada!

Aos meus irmãos de sangue. Vocês adoram “tirar um barato comigo”, mas nossa parceria é de tempos. Valeu pelos sorrisos arrancados.

Aos amigos que sabem mais de mim, muito mais do que sei da vida, é irredutível, sem vocês não teria sido possível. Segundo semestre de 2010, caloura Ciências Sociais, eis que uma beleza me apareceu, Aretha e Márcio, meus amigos, meus amores, suas palavras e ações me mostraram um caminho lindo. Gratidão.

Aos meus amigos de militância que também nasceram na universidade: Welliton, Raullyan, Claudiane, Ingrid, Ana Paula, Ingli, Rômulo, a Prof^a Marinalva, exemplo que não esqueço, e Tadeu Lopes, figura curiosa. Obrigada camaradas!

Thaís Mendes, mulher decidida e símbolo de inteligência para mim. Geane Cardoso, somos a negação do óleo e água, só o amor pode explicar. Miquéias, meu sábio pensador, tua alma é viajante, tu sempre me ensina que não é preciso ter muito, mas o que verdadeiramente importa. A vocês todo o amor que houver nessa vida.

Agradeço ao meu companheiro Welliton Brasil, o ano que passou foi mais que maravilhoso, obrigada, seu amor me emociona. Você é fonte de inspiração!

Digo pouco, mas o suficiente, não que isso descreva a totalidade do que é ser parte de cada um de vocês, a estima e carinho que tenho. Pena que descrever coisas incríveis não encontre palavras.

A vida é pra valer, a vida é pra levar, a todxs Saravah.

Trabalhar na casa dos outros é um serviço muito cruel.

É um serviço que a gente não pode sentar, deus defenda se eles verem a gente sentada descansando, eles dizem “olha a mulher tá sentada, não quer trabalhar”.

Mas por outro lado é bom, a gente tem o nosso dinheiro, sabe o que fazer.

Mas também é bom trabalhar na casa de quem paga direitinho, quando chega o dia, vai lá e recebi.

Isso sim é bacana, ter o nosso dinheiro.

Conversa com minha mãe na cozinha de casa, enquanto escrevia minha monografia.

Benedita Sardinha.

RESUMO

A presente pesquisa objetiva analisar as bases da estrutura sindical brasileira, o ascenso e declínio do “Novo Sindicalismo” e/ou “Novo movimento sindical” cunhado a partir do final da década de 1970 no Brasil, aferir sobre o projeto neoliberal para o sindicalismo brasileiro a partir de 1990 juntamente com seus efeitos e, por fim, evidenciar o processo de reorganização dos movimentos sociais em especial o sindical a partir dos anos 2000 na conjuntura brasileira. Para tanto, recorreremos às referências marxistas de tática sindical em relação aos principais clássicos: Karl Marx, Frederich Engels e Vladimir Lênin, evidenciando as relações ideológicas que permeiam essa estrutura de Estado e seu papel social. Para isso, recorreremos à discussão de “Aparelhos Ideológicos de Estado” evidenciada por Louis Althusser. No que se refere ao cenário brasileiro, os escritos contemporâneos estão referenciados principalmente a partir de Armando Boito Jr e Ricardo Antunes. Nosso método de pesquisa está encorado no materialismo histórico e dialético, por nos permitir partir da perspectiva de classes sociais antagônicas irreconciliáveis, relações de dominação histórica e potência social dos trabalhadores. A conclusão a que chegamos se materializa na necessidade dos trabalhadores na atualidade romperem cada vez mais com a tendência neocorporativa, as direções traidoras e com a ideologia que essa delinea.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Sindical. Neocorporativismo. Ideologia. Estado. Reorganização das Lutas.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo analizar los fundamentos de la estructura sindical brasileña, el ascenso y la caída del "Nuevo Sindicalismo" y / o "nuevo sindicalismo" acuñado desde el final de la década de 1970 en Brasil, revisar el proyecto neoliberal para el sindicalismo brasileño desde 1990, junto con sus efectos y, por último, mostrar el proceso de reorganización de los movimientos sociales, en particular, el sindicato de la década de 2000 en el contexto brasileño. Para ello, utilizamos las referencias marxistas de tácticas sindicales sobre los principales clásicos: Karl Marx, Friedrich Engels y Vladimir Lenin, destacando las relaciones ideológicas que impregnan esta estructura de gobierno y su función social. Para ello, nos dirigimos a la discusión de los "aparatos ideológicos de Estado" evidenciadas por Louis Althusser. En relación con el escenario brasileño, escritos contemporáneos están referenciadas la mayoría de Armando Boito Jr. y Ricardo Antunes. Nuestro método de investigación se encorado el materialismo histórico y dialéctico, por permitirnos desde la perspectiva de las clases sociales antagónicas, irreconciliables relaciones históricas de dominación y el poder social de los trabajadores. La conclusión a la que llegamos se materializa en la necesidad de los trabajadores de hoy rompiendo cada vez más con la tendencia neocorporativa, las direcciones traidoras y la ideología que describe.

PALABRAS CLAVE: Movimiento Sindical. Neocorporativismo. Ideología. Estado. Reorganización de Luchas.

Ficha Catalográfica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I: AS BASES DO SINDICALISMO BRASILEIRO.....	15
1 O Sindicato Oficial e o Modelo Corporativista de Estado.....	15
1.1 Corporativismo e Sindicato.....	19
1.2 Sindicato e Ideologia.....	25
1.3 Novo Sindicalismo e sua Ideologia.....	29
CAPÍTULO II: A DÉCADA QUE AINDA NÃO TERMINOU.....	33
2.1 Reestruturação Produtiva e Neoliberalismo.....	33
2.2 Neoliberalismo no Brasil.....	36
2.4 Sindicalismo Conservador Neocorporativista: Corporativismo Estatal ou Neocorporativismo?.....	39
2.5 O Sindicalismo de Confronto em 1990.....	43
CAPÍTULO III: QUAL SINDICALISMO?.....	48
3.1 Por um sindicato combativo.....	48
3.2 “Me organizando eu posso desorganizar”.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	63

INTRODUÇÃO

Muitos são os questionamentos sobre os sindicatos na atualidade. São questões que vão desde sua negação pela sua ineficiência até a urgência de aproximá-los dos setores mais precarizados do mundo do trabalho. Vimos que em Junho de 2013, momento histórico de mobilização nacional, a juventude foi a principal protagonista das manifestações, o que lembrou o Maio Francês em 1968. Entretanto, diferentemente do que ocorreu nesse período, parte da juventude brasileira que saiu às ruas no século XXI mostrou-se resistente à participação dos trabalhadores nos protestos através de seus instrumentos históricos de organização, a saber, os sindicatos e partidos.

Esse fato fragilizou muito o avanço da aliança entre juventude e trabalhadores daquele contexto e gerou muitas dúvidas entre os participantes de sindicato e seus apoiadores. É importante ressaltar que a maioria daqueles jovens nasceu na década de 1990 e não tem conhecimento das lutas sindicais empreendidas tanto a nível nacional quanto internacional antes desse período, não sabem das vitórias nem das derrotas, não sabem que os direitos de hoje em ameaça constante são frutos de muitos enfrentamentos com patrões e governos. Esses fatores enfraquecem sua solidariedade de classe e identificação de luta. Mas não é só isso. O estranhamento também diz respeito à derrota política orquestrada pelo Partido dos Trabalhadores, as entidades e partidos da base aliada do governo.

Nesse sentido, a partir de 2002 um contingente grande de trabalhadores depositou esperança em um governo que reivindicava a defesa dos setores mais explorados pelo capitalismo, mas não foi o que ocorreu. De cara veio a Reforma da Previdência do setor público, privatizações de importantes empresas estatais, forte investimento no setor privado, como é o caso da educação, manutenção do repasse econômico para bancos internacionais, entre outras medidas antipopulares.

Não é à toa que atualmente existe um grande descontentamento tanto dos trabalhadores quanto da juventude com o governo. De lá para cá as medidas descritas acima só se intensificaram, e isso gerou algumas consequências. A primeira está relacionada à apatia política diante das organizações sindicais e partidos, considerados coisas do passado. Esse sentimento é levado fortemente por uma parte significativa da juventude contemporânea.

A segunda, diz respeito ao processo de intensificação do modelo neoliberal de sindicato defendido tanto por setores da direita tradicional (Collor, FHC e seus aliados) quanto pelo atual governo. Isso afeta diretamente a relação entre trabalhador e sindicato, cabendo a esse último o papel mínimo: administrar o valor da força de trabalho no mercado

capitalista, garantir a terceirização, a rotatividade da mão-de-obra e a negação de conteúdos classistas.

Existe uma terceira ação empreendida por todo esse movimento, a saber, a ruptura com o projeto de governo e sindicato neoliberal. A partir dos anos 2000 muitos estudiosos e ativistas *vide* (ANTUNES, 2005a); (ALMEIDA, 2007); (ANTUNES, 2009b); (BOITO, 1999c); (BADARÓ, 2014); (BRAGA, 2013a); (BRAGA, 2014b); (BIANCHI, 2014); (WELMOWICKI, 2004); vêm discutindo o processo de maturação e acúmulo político de setores sociais já insatisfeitos com a lógica do Estado e suas rupturas com organizações históricas que não refletem mais os seus interesses.

Para poder desenvolver esse estudo partimos da seguinte problemática: qual a função social de um sindicato? Os sindicatos sempre seguiram uma linearidade de atuação? Quando nos fizemos essas perguntas, tínhamos opiniões que também seguiam no questionamento do papel dos sindicatos na disputa de consciência da classe trabalhadora atual. Haja vista que não se tinha noção nos desdobramentos históricos pelos quais o movimento sindical havia passado muito menos qual sua ideologia dominante e suas tendências.

Partimos da hipótese que o modelo neoliberal de sindicato representa a etapa atual dominante de articulação com o capitalismo e com os projetos de governo iniciado com Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e levado atualmente pelo governo do PT.

Assim, o presente trabalho pretende resgatar as concepções marxianas e marxistas de sindicato para minar a ação conciliatória. Para tanto, objetiva: a) destacar as bases do sindicalismo brasileiro, b) discutir os desdobramentos do sindicalismo de confronto, c) evidenciar os princípios do modelo neoliberal de sindicato, e por fim, d) demonstrar os processos de reorganização do movimento sindical.

Nesse sentido levamos em consideração os determinados contextos históricos no Brasil que negaram o caráter organizacional combativo do sindicato, na tentativa de imprimir um papel essencial e unicamente burocrático. Esses momentos podem ser ilustrados a partir da década de 1930 com a institucionalização do sindicato, passando pela ditadura militar e sendo levado atualmente pelas entidades sindicais ligadas ao governo da neodireita, até a oposição de direita tradicional. Respectivamente em destaque: CUT e Força Sindical.

Por esse motivo, o estudo do sindicalismo do ponto de vista da prática revolucionária é defendido como o objetivo fundante e final para se defender um sindicato independente do Estado, combativo e como uma escola de formação política.

Na medida em que aprofundávamos as leituras podíamos perceber que existia uma disputa no campo das formulações teóricas acerca da atuação sindical. Diante disso, foi fundamental seguir na linha teórica de tática sindical marxiana e marxista. Considerando que o sindicato é parte da Estrutura do Estado capitalista, possui um aparelho burocrático e a disputa ideológica se manifesta nas concepções de atuação e defesas.

Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa é de revisão bibliográfica, baseada em profunda análise da literatura sindical já citada. Deixamos registrado que existe um vasto estudo sobre a década de 1980 certamente por seu peso político que vão desde os sistemáticos aos estudos de caso, com enfoque no Novo Sindicalismo e sobre a Estrutura Sindical, deixando assim a década de 1990 em grande parte dependente de coletânea de artigos de jornais, *blogs* e revistas online.

O trabalho estrutura-se em três capítulos: o primeiro contempla a discussão das bases do sindicalismo brasileiro, Corporativismo, Novo Sindicalismo e ideologia. O segundo capítulo aborda, o contexto da Reestruturação Produtiva e o Neoliberalismo e seus desdobramentos. No último capítulo é evidenciado o processo de reorganização dos movimentos sociais com ênfase ao sindical.

CAPÍTULO I: AS BASES DO SINDICALISMO BRASILEIRO

1. O Sindicato Oficial e o Modelo Corporativista de Estado

A Era Vargas (1930-1964) inaugurou no Brasil um modelo estrutural de sindicato, nos referimos ao que ficou designado enquanto sindicato oficial, sindicato de Estado ou sindicato corporativista de Estado. Todas essas denominações se referem a uma política unitária, a saber, o reconhecimento legal dos sindicatos por parte do Estado, proporcionando a esse o papel de tutor tanto da sua diretriz organizacional quanto da sua prática.

Moisés (1982) afirma que a existência dos sindicatos na sociedade é a expressão da institucionalização dos conflitos sociais, o que referencia a dualidade entre o patrão e trabalhador. O movimento operário surge no contexto da Revolução Industrial na Europa em fins do século XIX. No Brasil grupos organizados de trabalhadores datam do início do XX. Aqui a experiência de organização operária com independência em relação ao Estado era dirigida por setores anarquistas e comunistas. Contudo, a partir da década de 30 esses sindicatos independentes do Estado foram sendo dizimados quase que completamente com o advento da política assistencialista dos sindicatos oficiais.

Nesse sentido, Getúlio Vargas desenvolveu uma política de apropriação, que naquele momento estava representada por alguns direitos já conquistados através da luta encarniçada dos trabalhadores. Dessa forma, buscando valorizar a atuação estatal, esse governo promovia sob sua imagem a concessão de melhorias para os trabalhadores, ofuscando a conquista de direitos através da luta da própria classe trabalhadora organizada nos sindicatos independentes. Sendo assim, ao Estado cabia a função de mediador necessário, ao mesmo tempo em que ajustava a estrutura sindical aos seus interesses.

Almeida (2007) em *O Sindicato e a luta contra a burocratização* coloca elementos importantes sobre essa questão.

Getúlio Vargas, que chega ao governo em 1930, adota como uma de suas metas fundamentais “retirar o Brasil do atraso econômico” por meio de um ambicioso projeto de desenvolvimento que, sem abandonar o setor mais forte da economia até então, o agro exportador, buscava privilegiar o setor industrial. Precisava organizar e disciplinar os trabalhadores para permitir o crescimento da indústria em bases minimamente estáveis. E, pela mesma razão, precisava derrotar o movimento sindical até então existente, que era bastante combativo e independente em relação ao Estado. (p. 46).

Nesse sentido, era necessário transformar o trabalhador em *força orgânica* do desenvolvimento do capital a partir das estruturas do Estado, fazê-lo cooperar e não deixá-lo entregue aos setores considerados radicais. Vargas, em discurso após o reconhecimento do sindicato pelo Estado, afirmara que seu propósito era tornar essa força negativa em elemento proveitoso de cooperação no mecanismo dirigente do Estado.

Considerando a concepção marxista da história, a dualidade entre as classes sociais em essência é fruto de um conflito inconciliável e não pode ser administrado de forma harmoniosa, pois existem interesses distintos de cada classe, sendo que a classe trabalhadora historicamente se encontra subordinada às classes dominantes.

Com efeito, o sindicato surge como instrumento de luta da classe trabalhadora, como mediador necessário em um contexto de grande exploração, advinda da expansão do sistema capitalista moderno. Vargas entendeu que o sindicato independente não garantiria uma mão-de-obra ordeira, por isso, a necessidade de realizar o processo de institucionalização desse instrumento dos trabalhadores. Assim, o sindicato colaborador era o meio mais eficaz aos interesses da burguesia nacional de 1930.

Moisés (1982) em seu livro *Lições de Liberdade e de Opressão*, afirma:

Em realidade, a grande herança deixada pelo Estado Novo para a “democracia plebiscitária de massas” do período 1946-1964, foi, exatamente, a estrutura sindical corporativista atrelada ao Estado, contra a qual muitos lutaram naquela fase histórica e que hoje ainda encontra a oposição de tantos trabalhadores. (p. 35).

Dentro dessa estrutura legalista de sindicato, o poder elementar da representatividade – o qual outrora, em regra, se dava a partir das chamadas *greves de reconhecimento*, onde a categoria pressionava o patrão a reconhecer o sindicato como seu representante – só é possível pela outorga do Estado, via carta sindical.

Boito (1991) chama essa estrutura sindical inaugurada por Vargas de *Investidura Sindical*¹ que é o poder legal e a estrutura burocrática do sindicato. Contudo, por si só, ele não assegura a estrita dependência e subordinação, são a *unicidade sindical*² e as *contribuições sindicais obrigatórias*³ por força de lei. (p.27).

¹ Azis Simão foi o primeiro a usar o termo “Investidura Sindical”, em seu livro *Sindicato e Estado*, 1966.

² Gostaríamos de explicitar que Boito é nosso autor de referência sobre a questão do sindicato oficial, é necessário colocar que não existe um consenso sobre a unicidade sindical defendida por ele, mas que em nosso trabalho será fidedigna ao nosso autor. Para fins de conhecimento e debate sobre Unicidade Sindical ver: Maria Hermínia Tavares de Almeida “Estado e classes trabalhadoras no Brasil: 1930-1945”, Luiz Werneck Vianna “Liberalismo e Sindicato no Brasil” e Evaristo de Moraes Filho “O problema do Sindicato Único no Brasil”.

³ Grifo nosso.

A unicidade sindical outorga o poder de representação de um único sindicato sobre determinada categoria de trabalhadores. No contexto de 30, marcado pelo conservadorismo político, a carta sindical só era concedida para os sindicatos e dirigentes moderados que estivessem de acordo com os princípios corporativistas.

Para que exista a unicidade sindical o sindicato tem que ser oficial, e esse por sua vez, deve estar atrelado a algum ramo institucional do aparelho estatal. Dessa maneira, a responsabilidade e poder de decisão recaíam sobre o Ministério do Trabalho (MT), e mais, no Decreto populista nº 9.070/46 deixava-se a cargo do MT a decisão de decretar uma greve ou não, retirando, assim, o direito da própria categoria de decidir com plena autonomia sobre suas questões elementares.

No título V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que versa sobre os deveres do sindicato, no seu art. 513 deixa bem clara a ideologia dessa estrutura, uma vez que afirma a função conciliadora do sindicato com o Estado como técnico e consultor para colaborar com os poderes públicos para fins de solidariedade social.

Art. 513. São prerrogativas dos sindicatos:

- a) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou interesses individuais dos associados relativos á atividade ou profissão exercida;
 - b) celebrar contratos coletivos de trabalho;
 - c) eleger ou designar os representantes da respectiva categoria ou profissão liberal;
 - d) colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, na estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal;**
 - e) impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas.
- Parágrafo Único. Os sindicatos de empregados terão, outrossim, a prerrogativa de fundar e manter agências de colocação. (BRASIL, 1946. Grifo nosso).

A perspectiva de classe é declinada pela de corpo social. A classe já não é mais classe, e a função do sindicato passa a ser não mais de representante dos interesses políticos dos próprios trabalhadores, seu instrumento de contribuição para o amadurecimento político de classe, e sim, de todo “conjunto social”, incluindo os interesses do Estado e dos patrões. Nesse sentido, através da CLT os sindicatos eram pressionados legalmente a difundir a ideologia corporativista, de colaboração de classe, aceitando por meio da imposição legal a desfiguração da atuação dos trabalhadores em conjunto.

No livro *O que é Estrutura Sindical* (1988) Vito Giannotti expõem entre outras a fala do assessor do Ministério do Trabalho da época⁴ para explicitar a concepção conservadora dos administradores do Estado que tinham aversão a frases com termos como “revolução” ou até mesmo “reforma”. Os burocratas defendiam o corporativismo como sendo a concepção correta e os sindicatos como utensílios públicos, reguladores dos desequilíbrios entre patrão e empregado.

A partir da Investidura Sindical se garante a constituição de um “tipo ideal” tanto de sindicalismo quanto de sindicalista, incidindo é claro, muito mais para os dirigentes sindicais a responsabilidade em estabelecer o diálogo harmônico entre o Estado e os trabalhadores. Há de considerar que reconhecer o sindicato oficial como predominante nesse longo período em que imperou o corporativismo estatal não significa dizer que não houve lutas ou setores descontentes. Porém, a própria conjuntura não os favoreceu. Nas eleições sindicais, por exemplo, sempre existia a chapa da patronal com todo seu aparato econômico para garantir mais ainda o atrelamento. O que nos dias de hoje ainda é uma realidade.

Outra característica do sindicato oficial é o *imposto sindical obrigatório*. Criado em 1939, trata-se de uma contribuição compulsória anual que os trabalhadores pagam aos sindicatos. O imposto é arrecadado pelo Ministério do Trabalho; a contribuição é feita mesmo aos sindicatos “fantasmas”, ou seja, aqueles que só existem nos registros burocráticos do Estado e não possuem ação sindical, muitas vezes sem sequer ter uma sede. O MT fica com uma parte do montante e repassa o restante para os sindicatos, federações e confederações.

Sobre o imposto sindical Giannotti fala,

Outro grande traço ideológico do sindicalismo, implantado na década de 30, foi o de criar uma estrutura que pode viver totalmente sem a base. O sindicalismo brasileiro pode se apoiar unicamente em uma diretoria, eleita mais ou menos fraudulentamente, e prescindir totalmente da participação da base. É a famosa instituição dos “sindicatos de carimbo”: os milhares de sindicatos, espalhados pelo território nacional, que só tem existência nos registros do ministério do trabalho, mas não tem presença nenhuma nas “suas bases”. (GIANNOTTI, 1998, p. 24).

Tanto Boito Jr. quanto Vito Giannotti argumentam que a investidura, unicidade sindical e as contribuições obrigatórias por força de lei são danosas ao caráter organizacional dos trabalhadores, pois integram o aparelho sindical ao Estado. Os efeitos dessa estrutura são

⁴ “O nosso sindicalismo é profissional, corporativista, cristão. Não pretende a reforma social. Não reconhece o marxismo revolucionário nem o marxismo reformista. Busca nos escritos dos grandes papas Leão XIII e Pio XI sua inspiração e princípios”.

o peleguismo, o assistencialismo, o não controle das finanças, a fragmentação por categorias e o controle estatutário.

Por fim, há de se considerar que a institucionalização dos sindicatos em 1930 parte de uma relação concreta. Dialeticamente falando, ao mesmo tempo elementos que garantiram o reconhecimento da atuação sindical no Brasil são utilizados para exercer um controle sobre este. Dessa forma, a legalidade sindical é um elemento obrigatório, invariante e fundamental da estrutura sindical brasileira. No próximo ponto iremos discutir especificamente como o corporativismo atuou no sindicato já oficial.

1.1 Corporativismo e Sindicato

Evaldo Vieira, em seu livro *Autoritarismo e Corporativismo no Brasil* (1981), afirma que o *corporativismo* é expressão de realidades históricas subsistentes até o Antigo Regime. Ainda, a ideia de corporativismo se caracteriza por sua generalidade e diferentes conceituações e abordagens. Segundo ele, Durkheim possui referências a respeito das corporações e da sua pretensão de torná-las instituições públicas: “é muito certo que toda esta organização deveria estar unida sob um órgão central, ou seja, o Estado”.

A visão durkheimiana acompanha a trajetória da evolução corporativa: da marginalidade à escravidão oficial em Roma, o ressurgimento como base da comuna medieval, sua utilização pela estrutura política durante os séculos XVI e XVII, e a decadência no século seguinte. A urgência da organização corporativa na sociedade moderna impõe-se, para Durkheim, por motivos morais e não econômicos. Acredita que uma *função social*⁵ somente se mantém com a *disciplina moral*, e, diante do egoísmo do industrial e do operário, do comerciante e do empregado, fica completamente demonstrada a imperiosidade da regulamentação da vida econômica. (VIEIRA, 1981, p.18).

Durkheim, que escreve no início da Revolução Industrial, afirma ser tal período caracterizado por grande instabilidade social; sua preocupação é por fim aos conflitos sociais (anomia social), gerados a partir desse contexto de mudanças estruturais, isso seria possível através das regras morais. As corporações teriam a função social de estabelecer um estado de equilíbrio, uma disciplina profissional partindo da importância dada “ao grupo profissional, à moral profissional, ao controle exercido por esta moral e ao grau de organização do grupo”. Anomia é mais do que conflito. É uma instabilidade social que chega a ser patológica. No

⁵ Grifo nosso.

estado de anomia há o enfraquecimento da integração social dos indivíduos gerando problemas em relação às normas.

A relação entre corporativismo e sindicato se torna mais compreensível se despontarmos o sindicato primeiramente enquanto uma estrutura do Aparelho de Estado moderno; em segundo lugar, a manutenção desse Aparelho de Estado depende da infiltração nessa estrutura (sindicato) a sua concepção ideológica, lembrando sempre que o contexto do qual nos referimos se situa a partir da institucionalização do sindicato em 1930.⁶

O Brasil do qual estamos falando passava por significativas transformações econômicas e estruturais. O modelo agroexportador, setor mais forte da economia até então, seria contrabalanceado pelo industrial, o que ampliou o campo de alcance da economia nacional e desenvolveu uma camada da população: o operariado industrial.

É importante lembrar que esses fatores de desenvolvimento estavam ligados aos de desenvolvimento da nação por todas as camadas sociais. Assim, todos eram responsáveis pelo desenvolvimento da nação. Dito de outra forma, uma nação forte dependia da solidariedade social, da conciliação de todos os setores da sociedade. Nesse contexto, o sindicato é um utensílio público, por isso mesmo, responsável pelo desenvolvimento nacional.

Porém, os ideais anarquistas e comunistas disseminados nos sindicatos dificultavam esse projeto de “vontade nacional”, pois tinham a concepção de conflito entre classes. Todavia, vimos que a institucionalização dos sindicatos minou o sindicato combativo dessa época, mudando sua concepção ideológica e impondo leis que arregimentavam a prática corporativista.

Quando se suscita o tema do corporativismo sindical, a rigor, tem-se que pensar previamente no estatuto do corporativismo como ordem legal geral. Vale dizer, é porque a concepção do Estado se radica no corporativismo que o sindicato assume feição corporativismo. (VIANNA, 1976, p. 33).

Não existe Estado corporativo, o que existe são apropriações de algumas das ideias corporativistas por parte do Estado. O corporativismo advém da proposição do Estado pedagogo, edificador da nação e inspirador do civismo, uma entidade outorgante de um bem, que seriam as leis sociais diretamente relacionadas à história das leis trabalhistas. O nome de destaque dessa interpretação recai sobre Oliveira Vianna⁷, foi ele que propôs e consagrou a

⁶ Esse assunto será abordado de forma mais explicativa adiante no ponto 1.2 do presente capítulo.

⁷ Francisco José de Oliveira Vianna desenvolve sua obra entre 1918 e 1951, assistindo a dois momentos conjunturais da industrialização brasileira: 1918 e 1937. Fez carreira como burocrata, tendo sido Diretor do Fomento Agrícola, Membro do Conselho Consultivo do Estado do Rio de Janeiro, Consultor Jurídico

ideia dos direitos trabalhistas serem resultado da outorga do Estado a partir de seus dirigentes políticos, a saber, a elite política.

Nas palavras de Luiz Werneck Vianna (1976) a respeito do surgimento da “questão social”.

A mitologia estadonovista criou duas tradições sobre a história da criação das leis do trabalho (...). A primeira dizia respeito ao seu caráter de outorga por parte do Estado independentemente de pressão exercida de baixo por boa parte da classe operária; a outra, decorrente desta, concebia a revolução de 30 como um marco divisor, quando a partir de então a chamada “questão social” teria deixado de se constituir num “caso de polícia” passando o Estado a disciplinar o mercado de trabalho em benefício dos assalariados. (p. 31).

Dessas tradições se extraíram duas acepções, a primeira diz respeito à incapacidade reivindicativa da classe proletária mediante seus direitos, estabelecendo assim, uma relação de dependência; a segunda, a noção de que o Estado é o guardião dos interesses gerais da sociedade, um Estado protetor.

Para Luiz Werneck Vianna, o corporativismo tem ligação direta com as relações de trabalho, principalmente no que diz respeito às leis trabalhistas, onde se encontram a materialidade institucional daquele. Com efeito, a conjuntura de 30 *apriori* não favorecia uma unidade entre “as facções das classes dominantes”, somente após 35 é que as dissidências vão cedendo lugar a uma proposta consensual em nome do corporativismo. Antes, cada um dos setores visualizava as classes subalternas em torno de seus interesses.

A Igreja Católica antes de 35 defendia um sindicalismo aos moldes liberais, autônomo e pluralista, com intuito de organizar as classes subalternas no interior de uma ação católica, ao lado de um partido católico. Por outro lado, a burguesia industrial mantinha-se contra as leis sociais em nome de um projeto essencialmente liberal, abrindo mão posteriormente. Como coloca Vianna “o que se perdia a nível do político ganhava com sobras no econômico e no social através da ação controladora e repressiva da estrutura corporativista”. Ainda, a oligarquia se desloca para o corporativismo como via alternativa de manutenção de poder, confluindo inclusive com a burguesia industrial, sua grande rival.

O consenso que se estabelece para sua implementação, sob forma corporativa, dependerá dos eventos de 35, que explicitarão a urgência das classes dominantes formularem uma política comum para as classes subalternas. A ideologia da outorga será, sem dúvida, resultante de um pacto. Porém, não entre o Estado e as classes subalternas, e sim, entre as diferentes

do Ministério do Trabalho e Ministro do Tribunal de Contas da União, e também sua formação bacharelesca de então, permite-lhe pensar o chamado “problema nacional”. (Oliveira Vianna *apud* Vieira, 1981).

facções das classes dominantes. Nele, liberalismos de diferentes procedências, como o fordista da indústria, o legal-formal e livre-cambista no setor agrário-importador e o puramente tático do catolicismo integral, repelindo-se mutuamente, declinam dos seus postulados para se reencontrarem – eles também – sobre controle estatal. (Vianna, 1976, p. 35).

O encaminhamento das classes trabalhadoras sempre foi ponto de discussão entre os setores dominantes, tendo em vista sua importância para construção da riqueza do país, ao mesmo tempo em que se apresentava como perigo se não manobradas da melhor maneira possível. Agamenon Magalhães, Ministro do Trabalho em 1935, situará o tema em termos políticos. Lembra em sua intervenção que a violência por si só não era capaz de fornecer uma solução permanente ao problema da revolta da classe trabalhadora, impondo-se a “melhoria das condições sociais dos trabalhadores”. (VIANNA, p.201).

Nas palavras de Nicos Poulantzas (2000) o Estado capitalista jamais se apresenta como Estado de classe. Essa ideia mistificadora está assentada no caráter organizacional do Estado, como condição para sua dominação de classe. O Estado capitalista moderno, então, se legitima a partir do fundamento jurídico-político, que o difere de todos os outros Estados já existentes na história da sociedade (o asiático, escravista e o feudal).

O Estado é uma estrutura social, possui uma *ossatura material*, que se mantém na medida em que cria condições de reprodução do *status quo* social, sua função de regulador dos interesses de classe se torna possível na medida em que garante as estruturas de dominação das classes dominantes. O poder político é parte constitutiva do Estado capitalista, bem como o econômico, entretanto, esse segundo poder possui relativa autonomia em relação ao primeiro. Nesse sentido, a caracterização de um Estado social no período varguista foi a estratégia do poder de Estado aliado aos interesses das classes dominantes, perante o desenvolvimento da luta de classes no Brasil.

É preciso ter sempre isso em mente: toda uma série de medidas econômicas do Estado, muito particularmente as que se referem à reprodução ampliada da força de trabalho, *lhe foram impostas pela luta das classes dominadas*⁸ em torno do que pode designar sob a noção, social e historicamente determinada, de “necessidades” populares: da segurança social à política relativa do desemprego e ao conjunto de domínios assinalados do consumo coletivo. (Poulantzas, 2000, p.188).

Ainda, o Estado capitalista possui uma direção hegemônica de classe, entretanto, não representa diretamente os interesses econômicos das classes dominantes, mas os interesses

⁸ Grifo do autor.

políticos. Significa dizer que, o equilíbrio do Estado capitalista depende em última instância do poder político, e o limite desse equilíbrio é o próprio poder político, por isso as facções dominantes da época, apesar de suas diferenças político-ideológicas, consensualmente abriram mão de seus interesses de grupo para assegurar o poder de Estado.

No que diz respeito ao início da história da classe operária no Brasil, essa não possuía organização orgânica e a caracterização na perspectiva de classe explorada, desassistida na divisão da produção da riqueza produzida por ela. Assim, encontrava nas demandas econômicas o único meio viável para atenuar suas condições precárias de vida. Os anos de 1906-1919 foram importantes para criar um programa de ação e a linha política do movimento operário da época, ficando suas bases não somente no aumento de salários, e sim, nas oito horas diárias, maiores salários sem aumento na carga do trabalho e reconhecimento por parte das empresas dos sindicatos da categoria.

Em abril de 1906, foi realizado o Congresso Operário, decisivo para o fortalecimento de uma perspectiva de classe, tendo em vista a tentativa de redirecionar as reivindicações do setor econômico para o político-social. Ainda, maturar no cotidiano do trabalhador a sua situação de classe e fazer refletir que suas condições precárias de trabalho são consequências da busca pelo lucro incessante do capitalismo.

De 1912 a 1919 ocorreram greves curtas e gerais, *vide* a de 1917-1919 na fábrica têxtil da Família Crespi. Tal greve conseguiu mobilizar milhares de trabalhadores, mais fortemente ainda depois da morte de um operário pela polícia. O contexto de 1917 abalou os aglomerados dominantes, pois se tratava de uma ameaça mundial. A onda revolucionária russa criou maresias nas organizações operárias no Brasil. As organizações de influência marxista deram um salto em sua organização. No entanto, o Estado e os setores dominantes trataram de amordaçá-las.

Os conflitos entre os operários e patrões foram prejudiciais à ordem política, pois no discurso populista se insistia no falso argumento da participação popular diante do Estado, uma população historicamente excluída dos ditames desse. Contraditoriamente, essa participação não se aportava na concepção da luta de classes, devendo ser usados os instrumentos necessários para estabelecer a ordem e conciliação⁹.

Nosso esforço está em despontar que o modelo corporativista de Estado mostrou-se uma estratégia viável para a regulamentação das leis trabalhistas e consolidação do controle

⁹ “O problema é o maior da atualidade em todo o mundo: a preocupação capital de todo o mundo civilizado é, nos dias que passam, resolver da melhor maneira possível a questão social.” Editorial do jornal *O Estado de São Paulo* de 20 de julho de 1917. *In*: Vieira, 1976.

operário a partir da legislação que favorecia os patrões e o poder de Estado. A regulação do mercado de trabalho encontrou resistências no setor liberal, representado pelos industriais, o qual via no jogo do livre mercado fator natural de regulação dos contratos de trabalho, deixando livre tanto empregador quanto empregado. Mas diante das adversidades da questão social, a classe trabalhadora seguia como protagonista questionando, através dos sindicatos dirigidos por anarquistas e comunistas, a sua parte no sistema produtivo, e mais, questionando o próprio sistema.

A resistência sindical e operária à estrutura corporativa pode ser observada no número relativamente pequeno de sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho até outubro de 1934¹⁰, mas essa oposição foi paulatinamente desmobilizada a partir da propagação do sindicato oficial. Ocorria uma maior adesão para o sindicalismo oficial por parte de sindicatos periféricos, onde o setor era formado por uma massa de trabalhadores menos experientes e combativos, diferentes de São Paulo e Distrito Federal, locais do quadro industrial mais avançado do país.

A política do isolamento do sindicalismo autônomo foi eficaz principalmente pela pressão política e institucional. A qualidade do sindicalismo assistencialista invadiu a consciência da massa trabalhadora. Segundo Giannotti (1998), o caráter assistencialista agregado às funções do sindicato é negativo, pois o torna tudo, menos um instrumento de luta. A estrutura corporativa se profere ao redor de um operariado recente e predominantemente fora dos centros industriais, sendo os sindicatos agências do Estado, de direito público, e colaboradores da harmonia social. Dessa forma, todas as medidas apontadas até aqui são estratégias da concepção de modelo social. Essas foram consubstanciais para o projeto político-econômico que se estava tentando empregar no país.

O processo de estranhamento social se dá nas relações de produção e na divisão social do trabalho em que o trabalhador é despojado dos meios produtivos e individualizado na produção social da riqueza. O trabalho manual destinado às classes trabalhadoras, está ancorado no princípio abstrato e generalista do direito moderno. “Todos os sujeitos são iguais e livres perante a lei: o que já quer dizer, no discurso da lei (e, não escondido nele), que são realmente diferentes (como sujeitos-indivíduos), mas na medida em que essa diferença pode se inscrever num quadro de homogeneidade” (Poulantzas, 2000, p.85).

Segundo o direito moderno, o indivíduo é livre e tem o direito de estabelecer um livre contrato com o capitalista. Os dois são considerados perante a lei sujeitos iguais, não

¹⁰ (VIEIRA, 1976, p.142).

separados em classe, mas sim, participantes da sociedade. Através da lei moderna institucionalizou-se a *diferença* sob o signo da igualdade, garantindo a unidade política da formação social.

O efeito dessa função social da lei é o trabalhador não se reconhecer como parte constitutiva da produção da mercadoria, mas como sujeito a parte do processo. A lei é parte integrante da ordem repressiva e da organização da violência exercida por todo o Estado. “O Estado edita a regra, pronuncia a lei, e por aí instaura um primeiro campo de injunções, de interditos, de censura, assim criando o terreno para aplicação e o objeto de violência.” (POULANTZAS, 2000, p.74).

Encontra-se aí, a ideologia que agi a partir de sua função social, a ser discutida na próxima seção, por meio da relação que existe entre Sindicato e Ideologia. Interessa-nos saber o que a literatura marxiana e marxista¹¹ pensam acerca dos sindicatos. Nesse sentido, Karl Marx, Frederick Engels e Vladimir Lênin serão os autores para a abordagem do sindicalismo. Louis Althusser e Nicos Poulantzas corresponderão à concepção ideológica que nos apoiamos para a compreensão da ideologia corporativista/neocorporativista e sua função.

1.2 Sindicato e Ideologia

A concepção de Marx e Engels referente aos sindicatos está diretamente interligada com a concepção de sociedade. Os sindicatos surgem como pano de fundo da sociedade de classes, como condição criada a partir do próprio desenvolvimento do sistema capitalista e suas contradições. Trata-se de um instrumento de aglutinação de interesses comuns, no caso, da massa operariada.

A dominação capitalista criou uma situação comum para uma parcela da sociedade. Marx caracteriza a constituição de uma classe social proletária como sendo uma força social concentrada pelo capital, que desenvolve elementos materiais e subjetivos na massa populacional, agora transformada em proletários.

O operário isolado em suas funções e de seu grupo é uma força produtiva individual. Quando aliado em seu coletivo, compartilha das mesmas adversidades das condições do sistema, caracterizando-se como uma classe social, uma “potência social”, tendo como bojo a sociedade de classes.

¹¹ Entende-se como literatura marxiana aquela representada por Karl Marx e Frederick Engels. Por outro lado, a literatura marxista são escritos utilizam o método de Marx e suas acepções.

A única potência social que os operários possuem é o seu número. Mas a quantidade é anulada pela desunião (...) o objetivo dos sindicatos, às vezes, estavam limitados as necessidades das lutas diárias, as defesas contra a usurpação incessante do capital, em suma, aos problemas de salários e horas de trabalho. Essa atividade não é só legítima como necessária. Não se pode renunciar a ela enquanto dure o sistema atual. (Marx e Engels, 1866, p.13).

Interessante que Marx e Engels atribuem ao sindicato a função de união dos trabalhadores e ressalta que as diferenças individuais devem ser declinadas para se potencializar os interesses de classe e enfrentar as exorbitantes práticas do capital. Igualmente importante é a caracterização das lutas econômicas que os autores afirmam ser o fator econômico como um princípio de mobilização limitado, mas que não pode ser negligenciado, na medida em que é no momento que pesa a exploração sobre a força de trabalho, que se encontra despojada dos meios de produção, dos objetos que produzem e reproduzem a subsistência da sociedade.

Para Lênin (1979) a luta econômica é um primeiro momento necessário para despertar a consciência da classe trabalhadora, a luta econômica é contra os efeitos do capitalismo e não contra suas causas, não se pode imprimir na luta restrita contra os efeitos do capital caráter de luta política, pois só essa tem em vistas um projeto político contra a sociedade capitalista.

“A luta de classe do proletariado compõe-se da luta econômica (contra capitalistas isolados ou contra grupos isolados de capitalistas pela melhoria da situação dos operários) e da luta política (contra o governo, pela ampliação dos direitos do povo, isto é, pela democracia, e pela ampliação do poder político do proletariado)”. (Lênin, 1979, p.36).

Destarte, para Marx e Engels os sindicatos são organismos de organização e defesa da classe trabalhadora, devendo contribuir para o desenvolvimento da consciência de classe, através do empreendimento da luta política, ou seja, a luta da classe trabalhadora contra a classe dos capitalistas deve ser uma luta política, via de regra, sempre dentro dos princípios da democracia, pela maior influência operária/trabalhadora.

Por outro lado, para compreender a concepção de sindicato no presente estudo é necessário recorrer aos escritos de Louis Althusser e Nicos Poulantzas. Desse modo, nossa posição ideológica acerca da função social dos sindicatos será apresentada de forma analítica, com base nos referidos autores, tendo em vista sua amplitude e contribuição para os objetivos do nosso trabalho.

Nesse sentido, em *Aparelhos Ideológicos de Estado* Althusser afirma que a tradição marxista é formal na visão do Estado, ele é concebido unicamente como um aparelho repressor, uma máquina de repressão, de violência. Ambos entendem que o Estado é antes de

tudo, um *aparelho de Estado*, um aparelho especializado possuindo justiça, prisões, tribunais, leis, exército, um governo e uma administração.

Althusser critica a visão unilateral Estado-Violência, dessa forma, desenvolveu a teoria de que existem *aparelhos repressivos* e *aparelhos ideológicos* de Estado. Os repressivos nós já o dissemos, se trata agora de colocar quais sejam os ideológicos. Existem os AIE religiosos, AIE escolar, AIE familiar, AIE jurídico, AIE político, *AIE sindical*, AIE de informação e AIE cultural.

Nosso autor destaca que os AIE se apresentam na forma de instituições distintas e especializadas, como um corpo plural, mas que isso não inibe a sua unidade de funcionamento, a ideologia de cada aparelho institui a unidade do todo, sob a condição da ideologia dominante exercida pela classe dominante.

A ideologia cunhada tanto por Althusser (1985) quanto por Poulantzas (2000) possui uma função social com efeitos de regulação da reprodução, não obstante, são práticas que possuem uma materialidade, uma especificidade, uma vez que o Estado capitalista não se funda somente na força. Deve-se estudar a ideologia do ponto em que ela existe como condição de reprodução das relações de produção, como um conjunto de práticas materiais necessárias a tal reprodução.

Com efeito, o que designamos como sindicato de Estado/oficial remonta a ligação direta com a tese dos AIE, haja vista a classificação althusseriana desse Aparelho Ideológico de Estado, sempre lembrando que a forma de ser do sindicato oficial não se trata da mesma dos anos 1980 que foi marco da reorganização operária brasileira. Atualmente seus efeitos não seguiram no desenvolvimento dessa prática política libertadora, pelo menos não hegemonicamente. Como será mostrado mais adiante.

Por isso, no momento continuaremos discutindo as posições ideológicas, haja vista, as contribuições de Poulantzas para retomar os escritos de Louis Althusser para categorizar o Estado Capitalista como um aparelho possuidor de uma *ossatura material*, que são as instituições, a lei, o direito moderno, a ideologia, assim, aperfeiçoando suas acepções teóricas e desenvolvendo suas próprias.

Poulantzas apreende a ideologia não como um simples jogo de ideias ou um emaranhado de ilusões onde os despossuídos se perdem da realidade, mas sim uma organização consistente e constituinte de uma função social. Nosso autor afirma que a ideologia política é uma forma de poder, baseada em um “consentimento” particularmente organizado e direcionado às classes dominadas.

Ocorre um entrelace entre a relação real em conjunto com suas condições de existência, sendo justificadas por uma relação imaginária.

A ideologia, introduzindo-se em todos os andares do edifício social, possui a função particular de coesão estabelecendo ao nível do vivido dos agentes relações evidentes-falsas, que permitem o funcionamento das suas atividades práticas - divisão do trabalho, etc, - na unidade de uma formação. (POULANTZAS, 2000, p. 202).

Nesse sentido, a ideologia é apreendida enquanto um instrumento ao mesmo tempo objetivo-real e imaginário-falso. Com efeito, as estruturas sociais estão impregnadas da concepção da classe dominante, pois dessa forma, garantem a manutenção e reprodução das relações de produção “pelo conjunto de representações, valores, noções, crenças, etc”, construindo visões de mundo coerente que em nada interferem no modo de produção capitalista.

Poulantzas afirma que a ideologia está relativamente dividida em regiões, a saber, ideologia moral, jurídico-política, religiosa, econômica, filosófica e estética, e como parte desse esquema, ocorre uma *dominância de uma região da ideologia sobre as outras regiões*. Dentro dessa concepção, a região de dominância no Estado moderno capitalista recai sobre a ideologia jurídico-político¹², posto que a separação legitimada pelo direito burguês entre capitalista-trabalhador só se dá no plano do econômico formal. Da mesma forma, a ilusão de igualdade do voto, onde todos se mostram iguais, serve aos mesmos efeitos de conciliação das desigualdades econômicas e políticas.

Não obstante, a função social da ideologia não se resume em inverter, dissimular, ocultar um aspecto dominante, antes mesmo, em ocultar o *nível que assume o papel dominante, e, sobretudo o próprio fato da sua dominância*.

A ideologia corporativista visava o fracionamento-individualização social. A estrutura sindical brasileira foi permeada pelo sindicalismo ordeiro e colaborador que teve o Estado como seu maior propulsor.

Isso dependia, é claro, do enfraquecimento do sindicato combativo e do desenvolvimento da ideologia do pacto social. O Estado promotor das causas sociais organiza campos de compromissos entre as classes sociais e a consequência dessas relações é a fragmentação da classe trabalhadora e o encrustamento da ideologia dominante.

¹² Para Althusser essa “região de dominância” no Estado moderno recai sobre Aparelho ideológico Escolar.

O que estamos inferindo é que o sindicato, como parte constituinte do aparelho de Estado, é considerado uma instituição e por isso mesmo elemento importante para a manutenção da reprodução do modo de produção capitalista; sua função enquanto aparelho de Estado.

No início do capítulo, tentamos fazer uma linha cronológica (não que seja), mas pela amplitude que tem do período de 1930, marco da institucionalização do sindicato no Brasil. De acordo com o exposto, podemos perceber que se tratou de estratégia necessária para a manutenção do poder de Estado e, por isso mesmo, do modo de produção capitalista daquele momento.

O processo de desenvolvimento do capital no mundo influencia na forma de ser da organização do mundo do trabalho e do sindicalismo, sua ideologia e seus posicionamentos políticos. Segundo David Harvey (1992), a reestruturação do capital em meados dos anos 70 no mundo, imprimiu mudanças de modelo espaço-tempo, homogêneo e parcelarizado, características do Fordismo-Taylorismo, destacando-se a partir daí o modelo flexível japonês: o Toyotismo.

A classe trabalhadora brasileira só foi afetada por essas mudanças organizacionais e ideológicas a partir do final da década de 80, por isso do seu caráter avançado de lutas em fins de 70 e todo o período 80. O Brasil vivia um contexto diferente. Crise na ditadura do país, greves e novamente a classe se propunha à reorganização em um sindicalismo alternativo à mancha deixada por Vargas, que custou tanto à consciência da classe trabalhadora brasileira.

Esse contexto de lutas no país impediu por um período o desenrolar das mudanças, sendo que desde 70 a Europa passava pelo que viria a ser no Brasil, a fragmentação, precarização, subcontratação, heterogenização e flexibilização dos direitos trabalhistas agudos da classe-que-vive-do-seu-trabalho¹³ a partir de agora, e mais, esse processo só seria consolidado em 1990 com a chegada de Fernando Collor de Melo à presidência da república.

1.3 Novo sindicalismo e sua Ideologia

O movimento que ficou conhecido pelo seu caráter combativo e fortes contornos classistas, independente do Estado, foi consensuado como o “Novo Sindicalismo”, parte do resultado de “fermentação” de uma nova geração experimentada nas lutas contra a Ditadura

¹³ Ricardo Antunes em seu livro *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas, SP, Cortez, 2003 faz referência a complexificação das classes que vivem do trabalho.

Militar. Para José Welmowicki (2004), os períodos de grande efervescência desembocados a partir de 1978 fazem parte de um processo de ruptura do setor mais avançado do sindicalismo.

A resistência que continuou durante todo esse período na luta contra o regime militar, nos bairros, nas universidades, e inclusive nas empresas, foi fermentando uma nova geração que surgia à luz destas experiências. (...) A irrupção das greves de 78 a 80 encontrou essa situação. Uma ruptura com as práticas anteriores, obviamente com as do período ditatorial, mas também com as do período anterior ao golpe foi a característica marcante dessa década. (p.43).

Nos períodos populistas ao pós-guerra (1930-1964) as palavras de ordem das classes no poder eram de participação e desenvolvimento da *nação* e unidade do povo. Esse discurso ocultou a palavra *classe*, tendo em vista que sua maior preocupação era conter a classe operária¹⁴.

O sindicato atrelado às diretrizes do Estado tinha dirigentes sindicais domesticados com o patronato, representando o sindicato entreguista que defendia a concepção de conciliação. A imposição de um comportamento apático começou a construir outro, questionando o modelo atual da época, o comando burocrático do Ministério do Trabalho, exigindo o direito de greve, mudanças na legislação trabalhista e a retomada dos debates acerca do papel dos sindicatos e oposição ao arrocho salarial. A luta por melhores condições de vida dos trabalhadores também era sua luta contra o regime autoritário, considerando que nos anos 70 a concentração de renda era excessiva, por isso das lutas econômicas desembocarem em lutas políticas.

A nova camada trabalhadora de 70 encontrou ausência de referências combativas no movimento sindical, isso se deve ao caráter corrupto da estrutura sindical agravado pela rigidez da ditadura. Entretanto, com o processo de reorganização das lutas ligado à bandeira das liberdades democráticas e o acúmulo das tensões sociais esse cenário se reconfiguraria, tendo como pano de fundo a crise da Ditadura Militar.

As inúmeras greves do final dos anos 70 tomaram um caráter de “novo movimento operário” pela identificação política imediata que se estabelece entre cada greve e seus companheiros de outras fábricas, categorias e até mesmo regiões. (Welmowicki, 2004).

¹⁴ Seria interessante a leitura do livro de José Welmowicki intitulado *Cidadania ou Classe? O Movimento Operário da Década de 80*. Ele trata dos partidos que surgiram antes mesmos desse ano para colaborar com as oligarquias, exemplo, o PTB e o papel de alguns partidos de esquerda como o PCB que capitularam nessa política de enfraquecimento da classe operária da época, priorizando alianças com setores nacionais “progressistas”.

Essas greves estavam localizadas por empresa, todavia, em 1979 elas passaram a ser organizadas por categorias, o que caracteriza o maior poder de organização da classe. A força das greves havia colocado em xeque a estrutura dos sindicatos e seus dirigentes. A irrupção dos trabalhadores chegou ao ponto de expulsar velhos dirigentes pelegos de assembleias e do próprio sindicato. (WELMOWICKI, 2004)

A década de 1980 começou com a greve dos 41 dias em São Bernardo dos Campos que apesar de sua forte organização na base, como resposta do Estado a truculência da ditadura impôs uma derrota a toda a efervescência grevista, não sendo aceito nenhuma das reivindicações, prendendo-se todas as principais lideranças, e pondo mais de 5 mil trabalhadores na rua. Porém, esse fato não colocou o movimento na passividade. Mais ofensivas estavam por vir nos anos seguintes.

Nesse contexto, a Central Única dos Trabalhadores – CUT e o Partido dos Trabalhadores – PT são inquestionavelmente frutos da luta de classes no Brasil. A primeira, já havia passado por várias tentativas desde a Confederação Operária Brasileira – COB (1906) ao Comando Geral dos Trabalhadores – CGT (1962) Havia a necessidade de se criar uma central sindical nacional para unificar as forças de trabalho. Segundo José Maria de Almeida, em 79 no congresso estadual dos metalúrgicos em São Paulo saiu uma resolução que propunha um partido de trabalhadores.

Em agosto de 1981 realizou-se na Praia Grande – SP a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT, esta consubstancial para unificar a proposta política de trabalhadores de todo o Brasil em torno de um programa combativo e classista.

No I CONCLAT (1981) desenhava-se, entretanto, uma forte polarização: de um lado encontravam-se aqueles que defendiam um sindicalismo de perfil classista, mais combativo, e, de outro, aqueles que apregoavam um sindicalismo de perfil mais conciliador, mais moderado. No primeiro bloco encontrava-se o que de mais expressivo havia no *novo sindicalismo*, com Lula, Olívio Dutra, etc., além da totalidade das *oposições sindicais*¹⁵.

O Plano de Lutas, apresentado no Congresso de 1983, definiu ‘o desemprego, a luta pela reforma agrária, contra ao arrocho salarial, pela liberdade e autonomia sindical e contra a política econômica’ como centrais. Repudiava, ‘expressamente as alternativas de conciliação e atrelamento do movimento sindical com os interesses do patronato’. (...). (CUT- I Congresso Nacional da CUT, pp. 146/147). (ANTUNES, 1995, p.32).

¹⁵ ANTUNES, 1995.

Por isso, podemos falar de uma CUT inchada de tendências políticas, parafraseando Martinez (2007) o recurso ideológico foi um recurso exaustivamente explorado, pode-se dizer dentro e fora da central, no período de construção e na sua atuação prática. Em 1978, em entrevista ao jornal *Versus*, Lula ressalta que os trabalhadores têm que se aglutinar em partidos, de preferência com a definição ideológica, pois já estava clara a orientação ideológica das elites no poder de Estado.

Não é errado dizer que essa proposição valia também para a central sindical da qual ele era o dirigente principal e que isso possui significações importantes, pois existe uma relação intrínseca entre a estrutura sindical, essa, possuidora de uma ideologia própria, mas que se interrelaciona com os demais aparelhos de Estado. A institucionalização da central na década de 1980 apresentava duas consequências. A primeira era de enfrentar a ditadura, já que essa não permitia a participação partidária, ainda mais de trabalhadores. A segunda era entrar definitivamente nas estruturas do Estado, cabendo a partir disso criar alternativas que os tirasse da ordem das coisas.

A proposta de hegemonia de uma central que unisse trabalhadores do campo e da cidade surge e consolida-se pela primeira vez na história da luta de classes, e como vimos, teve como audaciosa meta a representação dos trabalhadores e tão somente desses, através da qual foi possível construir uma central e partido históricos no Brasil. Cabe agora aprofundarmos nossos estudos no próximo capítulo sobre a década de 1990 de Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso e a posição da CUT diante do neoliberalismo.

CAPÍTULO II: A DÉCADA QUE AINDA NÃO TERMINOU

Como dito anteriormente, a década 1980 foi um período de grandes lutas e conquistas para os trabalhadores brasileiros. Nesse segundo capítulo nos ocuparemos em discutir o processo de implantação do neoliberalismo no país, no contexto marcado a partir da vitória eleitoral de Fernando Collor de Mello em 1989. Buscaremos avaliar as possíveis consequências desse processo para o conjunto do mundo do trabalho, em especial na questão sindical. Para tanto, realizaremos uma breve apresentação das mudanças ocorridas em consequência da crise de 1970 nos países capitalistas centrais, fato que mudou a forma de acumulação do capital e seu modelo de gestão do mundo do trabalho.

Ainda, analisaremos as posições político-ideológicas do sindicalismo combativo nesse virar de século representadas pela CUT e pelo sindicalismo fruto da proposta neoliberal que compete principalmente à Força Sindical. Essas questões são importantes para avaliarmos os rumos do sindicalismo brasileiro e suas consequentes mudanças na atuação direta.

2.1. Reestruturação Produtiva e Neoliberalismo

O mundo do trabalho é regido por um modelo econômico político-ideológico. A sociedade contemporânea vem presenciando densas transformações, tanto na esfera material quanto subjetiva. As relações de produção dos países centrais a partir de 1970 entraram em uma nova fase devido à crise que comprometeu a eficácia cumulativa do capital. Nesse contexto iniciou-se o processo de reestruturação produtiva e/ou acumulação flexível do capital, sendo necessário mudar-se o modelo de gestão do trabalho como um todo.

Nesse sentido,

a crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva são expressões, tem acarretado, entre tantas consequências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital (ANTUNES, 2009, p.32).

Diante da necessidade de continuidade da acumulação do capital, os processos de trabalho sofreram alterações. O modelo Taylorista-Fordista não foi capaz de dar maior

dinamismo ao processo produtivo nem à eficácia cumulativa do capital e sua hegemonia na grande indústria que ruiu durante quase todo o século XX. A expressão dominante desse modelo era a *produção em massa* de mercadorias de maneira *homogeneizada* e *vertical* e a apropriação do *savoir-faire*¹⁶ do trabalho, desprezando “a dimensão intelectual do trabalho operário” e, assim, treinando-os para atividades mecânicas e realização de movimentos repetitivos em cadeia.

Antunes (2009) fala das mudanças na produção,

Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor de veículos. (...). Uma linha rígida de produção articulava os diferentes trabalhos, tecendo vínculos entre as ações individuais das quais a *esteira* fazia as interligações, dando o ritmo e o tempo necessários para a realização das tarefas. Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela *mescla* da *produção em série fordista* com o *cronômetro taylorista*, além da vigência de uma separação nítida entre *elaboração* e execução. (p.39).

Mas essa forma de organizar a produção seria substituída por outra. De fato, o modelo que se gestou a partir de 1973 nos países avançados foi o “Toyotismo” e/ou modelo japonês, fruto da crise do Taylorismo-Fordismo. Esse novo modelo tem como características o enxugamento das fábricas através de uma separação mais evidente nos locais de trabalho entre **trabalhos mais especializados** e **menos especializados**, sendo os segundos mais ameaçados pelo desemprego estrutural, agravando-se, dessa forma, a frágil identificação de classe e fortalecendo o neocorporativismo¹⁷.

Para David Harvey (1996, p. 363:4), o Toyotismo possui como características “a nova divisão de mercados, o desemprego, a divisão global do trabalho, o capital volátil, o fechamento de unidades, a reorganização financeira e tecnológica”. No plano ideológico, ocorre um processo de aprofundamento do individualismo contra as formas solidárias e coletivas entre os trabalhadores e a promoção do desenvolvimento do trabalhador-colaborador, em contraposição a visão de classe.

A partir desse contexto de reorganização do capitalismo um dos efeitos sentidos é a configuração de uma tendência no campo sindical voltada para o sindicalismo de negócios e/ou resultados. Esse sindicalismo consiste em abandonar os princípios de classe, defender a

¹⁶ “Saber-fazer”.

¹⁷ O neocorporativismo é uma tendência no movimento sindical surgida da crise do sindicalismo de Estado corporativo quando a ditadura militar pôs fim aos governos populistas.

vitória do capital e o neoliberalismo. Em 1990 sua relação com o governo pode ser configurada como uma conciliação constituída.

Ricardo Antunes, amparado nos textos de Alain Bihl¹⁸ a respeito das estratégias de saída do capital em períodos de crise, nos traz uma reflexão importante. O autor brasileiro diz que o modelo produtivo e de gestão de trabalho organizado em 1930 é resultado de uma série de fatores baseados em um “sistema de compromisso” gestado após a crise de 1929. Na verdade, a **mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista** possibilitou que o capitalismo saísse de sua crise estrutural. Ao mudar sua forma de gestão do trabalho e contornos ideológicos, busca-se artifícios concisos para manobrar os trabalhadores a aceitarem a mudança e colaborar com suas estruturas.

Concretamente, esse fato é fundamental para pensarmos o contexto brasileiro, uma vez que as transformações implantadas na Era Vargas no setor trabalhista e sindical foram significativas ressonâncias dessa união entre capital e trabalho no contexto internacional. Como vimos no capítulo anterior, a institucionalização dos sindicatos os arregimentou para dentro da estrutura oficial do Estado, administrando-os a partir do legalismo burocrático das instituições jurídicas e sociais, garantindo-se direitos históricos ao mesmo tempo em que se impunha outra concepção de movimento sindical.

No Brasil, a institucionalização dos sindicatos foi o início dos efeitos metabólicos Taylorista-Fordista ancorado numariado decadente. Com o ascenso do Toyotismo essa lógica de aprofundamento das dificuldades no trabalho se acentuou. Aqui, a política do Welfare State não saiu do discurso; mesmo o período do “milagre econômico” da ditadura se deu à custa do arrocho salarial, repressão e controle sindical com suas representações pelegas¹⁹ e seus partidos da ordem do capital.

A promessa de humanização do capitalismo desaguou na insegurança da relação salarial fordista, na flexibilização dos direitos trabalhistas, nos cortes de salário e em mudanças no setor produtivo.

Segundo Ruy Braga (2014), sociólogos europeus buscaram respostas em uma condição exterior à relação salarial. Para os mesmos, se não fosse o neoliberalismo e a atual crise econômica mundial, a institucionalização dos direitos da cidadania por meio da relação salarial certamente substituiria a precariedade pela proteção social.

¹⁸ Alain Bihl é um sociólogo francês ligado à corrente do comunismo libertário.

¹⁹ Condição de amortecedor do conflito social, considerado (a) uma pessoa em que não se pode confiar.

Entretanto, para Braga essa análise encontra-se fragmentada da situação real, tendo em vista a mercantilização e o caráter capitalista da divisão do trabalho. A precariedade é constitutiva da relação salarial; esse precarizado não é o oposto do salariado estável, mas a própria condição de existência do “salariado”.

Esse “proletariado precarizado” se difere dos *setores profissionais*, que são grupos profissionais mais qualificados e mais bem remunerados, logo, mais estáveis. Apesar de ter ocorrido mudanças no setor produtivo e ambos sofrerem as consequências delas, cada um sofre de acordo com sua localização e exigências do sistema. E conforme o pensamento de Ruy Braga “os proletários precarizados constituem a fração mais subordinada e explorada da classe trabalhadora” (BRAGA, 2014, p.3).

Nesse sentido, esses efeitos representam a acentuação da precarização diante de outra forma de organização produtiva e ideológica, pois aumenta as dificuldades do trabalho porque tem como meios o modelo de trabalhador multifuncional/polivalente. Isso reduz postos de trabalho e sobrecarrega outros, o que ajuda a interpretar mais uma vez o que Marx chamou de *exército industrial de reserva*.

Ainda, como efeitos do Toyotismo temos a flexibilização dos direitos, subcontratações, predominância de empregos informais e formais, mas instáveis, e a formação de uma camada de trabalhadores altamente precarizados, isto é, o “subproletariado”.

Por fim, dissemos que o “Novo Sindicalismo” descrito no primeiro capítulo de nosso trabalho tinha como proposta tornar-se hegemônico no Brasil, pois partia de uma mudança radical em contraponto ao velho sindicalismo-pelego. No segundo ponto iremos abordar a relação desse sindicalismo combativo com o neoliberalismo brasileiro.

Mas segundo Boito Jr (1994) havia tendências neocorporativas na fase do sindicalismo de massa e de confronto, que podemos situar entre os anos de 1979 e 1989²⁰. Em suma, o modelo sindical neocorporativo é marcado pelo seu processo de rompimento gradual com o sindicalismo corporativo de Estado já decadente²¹.

2.2. Neoliberalismo no Brasil

Podemos dizer que a movimentação internacional em 1990 girava em torno de um plano político-econômico e ideológico, sendo que estava em jogo a defesa da manutenção de um projeto de sociedade baseado na exploração do mercado capitalista.

²⁰ Discutiremos essa questão adiante.

²¹ Boito afirma que o Sindicalismo Corporativo de Estado ainda existe no Brasil, mas encontra-se decadente.

A ideologia neoliberal foi sistematizada por intelectuais da Europa e Estados Unidos agrupados na Sociedade de Mont Pélérin, durante o período de hegemonia da política econômica keynesiana e do Estado de bem-estar, na Europa Ocidental, do modelo de capitalismo de Estado com bem-estar social na Europa do leste e na União Soviética e de hegemonia do desenvolvimentismo e do populismo nos países latino-americanos. (BOITO JR, 1999, p. 111).

Muito embora essa política tenha sido gestada como já descrito em momentos de hegemonia e crença na política do Bem-Estar social, foi somente na segunda metade de 1970 que o “pequeno grupo de ideólogos neoliberais que, durante décadas, tinha pregado no deserto” foi colocado no centro da cena política e ideológica.

Essa ideologia contribuiu de maneira decisiva para a implementação de governos neoliberais no Brasil. Boito avalia que existia uma crise de hegemonia no país desde o período de grande efervescência dos governos populistas. Os conflitos entre as burguesias foram latentes, haja vista que a transição do modelo agroexportador para um de base industrial foi acompanhada de direitos sociais mínimos.

A industrialização brasileira foi tardia, em comparação com os países da Europa. No período do golpe militar que suprimiu os governos populistas e suas políticas assistenciais,

a burguesia industrial brasileira tinha um poderio econômico maior que suas congêneres latino-americanas. Como já destacaram alguns economistas, o maior obstáculo econômico à transição neoliberal no Brasil foi o sucesso que o desenvolvimentismo obtivera na promoção do crescimento e da diversificação do parque industrial. No mesmo momento em que o general Pinochet no Chile iniciava o processo mais radical de desindustrialização da América Latina, no qual se destacou o grande encolhimento da indústria metal-mecânica chilena, o governo do general Geisel punha em prática no Brasil o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que visava justamente ampliar o setor de bens de capital da economia brasileira (BOITO JR, 1999, p. 115).

Quando os efeitos da crise mundial de 1979 chegaram ao Brasil e os governos tiveram que acatar as ordens das grandes potências, o movimento operário tinha passado por um amadurecimento organizativo e teórico das correntes comunistas advindo da experiência russa, sem contar com o expressivo aumento da classe trabalhadora. Entretanto, já na década de 1980 o declínio econômico da União Soviética era evidente. O que afetou profundamente o operariado europeu, colocando-o em uma crise ideológica. Já no Brasil tal processo chegaria com maior força na década de 1990.

Devido a isso os conglomerados políticos e econômicos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC) ficariam diante de um terreno mais fértil para tutelar os governos dos países periféricos na década de 1990. Mas no Brasil fatores importantes como o fortalecimento de uma frente contra a ditadura militar, eleições indiretas de Tancredo Neves e José Sarney, o consequente insucesso do plano cruzado no combate à inflação e as pressões sociais e operárias diante do Estado dificultaram as políticas neoliberais que estavam se tornando hegemônicas no mundo²².

O cenário político que antecedeu a vitória do neoliberalismo através das eleições de 1989 era de insegurança. Havia desconfiança e conflitos entre inúmeros setores da burguesia industrial sobre a adesão ao neoliberalismo. Esses setores defendiam o protecionismo e a proteção tarifária. Mas a ameaça de derrota eleitoral naquele ano foi fator de realocização das forças em poder.

Contudo, a vitória de Luís Inácio Lula da Silva (o Lula) para o segundo turno das eleições de 1989 abalou a burguesia como um todo e foi decisiva para que os setores que estavam relutantes ao projeto neoliberal se aglutinassem ao redor da candidatura mais viável para defesa de seus interesses. “O candidato se tratava de Fernando Collor de Mello. O PMDB ainda abrigava um setor importante de políticos desenvolvimentistas²³ como ficará claro no processo constituinte de 1986-1988”. (BOITO JR, 1999, p.119).

De fato, a candidatura de um operário antes das eleições de 1989 era um caso que a burguesia não precisava se preocupar, pois não acreditavam que a classe trabalhadora pudesse se organizar com tanta força, a ponto de ameaçar a gerência do Estado. Todavia subestimaram a influência da CUT e do PT, classificando-os como fracos longe dos sindicatos. Entretanto, a burguesia fez caracterizações equivocadas já que em 1989 a greve geral de março e a decadência do governo Sarney foram pontos-chaves para a vitoriosa ida ao segundo turno de uma candidatura de extração operária, deixando para trás políticos carreiristas como Ulysses Guimarães, Mario Covas e Leonel Brizola.

No campo do político, esse fator é decisivo para compreender o desfecho sobre a adesão pelos setores da burguesia ao redor do projeto político-econômico e ideológico neoliberal no Brasil.

²² Os bancos foram um dos primeiros grupos financeiros que se identificaram com a plataforma neoliberal (FENABAN e FEBRABAN são exemplos).

²³ Partidários da política de Estado varguista.

Como forma de atacar o candidato operário, Collor dividiu a classe trabalhadora através de um discurso justiceiro dos pobres, e atacando os “privilégios dos funcionários públicos”, ele “soube juntar esse apoio dos ‘de cima’ com a simpatia que ele angariaria entre os ‘de baixo’ – “seu refrão de campanha, como se recorda, era a ‘caça aos marajás” (BOITO JR, 1999, p.119).

É incontestável, a candidatura de Collor em 1989 significava politicamente a ofensiva neoliberal pressionada pelos países de capitalismo avançado e sua vitória nas eleições levou essa plataforma ao poder e uma nova frente burguesa conservadora na direção do Estado. A composição do Congresso Nacional teve um expressivo aumento de partidos da direita, redução dos de centro e os de esquerda com crescimentos irregulares.

Acrescente-se à acentuada redução numérica do centro, a sua conversão ao neoliberalismo – o PSDB afirmou-se, nos anos 90, como a vanguarda do neoliberalismo no Brasil, e o PMDB, como já dissemos, aderiu, na sua maioria, a essa política. (BOITO, 1999, p.120).

Apesar desse aparente enfraquecimento da direita através dos partidos de centro devido sua migração para o neoliberalismo, nessa nova conjuntura à direita não corria riscos de perda de poder. Pelo contrário, note-se o abalo nas ideologias socialistas como consequência de sua crise final da União Soviética stalinista; muitos prognósticos foram lançados como o “fim da história” e o “fim do socialismo”.

2.4 Sindicalismo Conservador Neocorporativista: Corporativismo Estatal ou Neocorporativismo?

No que concerne ao movimento sindical da década de 1990 podemos dizer, em primeiro lugar, que o desenrolar dessa década ainda encontra-se sem ponto final, pois estamos vendo novos efeitos desse processo político; em segundo, ocorreu uma rearticulação do sindicalismo pelego sobre novas direções e a criação de uma central sindical (Força Sindical) através de apoio político financeiro do governo Collor em 1991, já nascendo de “corpo e alma” adepto ao neoliberalismo; em terceiro, ao longo dos anos 1990 a CUT que foi protagonista do “Novo Sindicalismo” aderiu progressivamente à lógica conciliadora, neocorporativista, economicista do capitalismo²⁴.

A Força Sindical (FS) desde sua fundação autodenominou-se “sindicalismo de resultados”, sendo composta de uma mescla dos velhos dirigentes sindicais atrelados ao

²⁴ Trataremos especificamente desse assunto no próximo ponto.

sindicato oficial e os defensores agudos do neoliberalismo. Essa central é considerada pelega, uma vez que seus dirigentes possuem claras defesas pela atuação governista-neoliberal.

O “perfil” de composição da FS foi um importante trabalho de Leôncio Martins Rodrigues e Adalberto Moreira Cardoso²⁵ em decorrência do congresso de fundação da central. Dados desse trabalho mostraram que 84% dos delegados ocupavam cargos de direção no sindicato oficial e 10% eram diretores sindicais há mais de 10 anos.

A Força Sindical foi criada congregando uma massa de “sindicatos de carimbo”: sindicatos pequenos, com menos de 500 associados, alocados em setores de pouca capacidade de pressão, na maioria dos casos dispersos pelas pequenas e médias cidades do interior (...) O que os unifica ideologicamente é um conservadorismo político genérico, a moderação ou passividade na ação sindical e a atitude defensiva frente à militância cutista que ameaça sua condição de diretores de sindicatos oficiais. (Rodrigues e Cardoso, *apud* Boito Jr, 1991, p. 182).

A FS é ideologicamente conservadora, propagandeia um apolitismo genérico através da recusa aparente de partidos; é antiesquerda e moderada em suas ações, considerada a nova direita sindical. Luís Antônio de Medeiros é a maior figura pública e articulador da Força Sindical, sua trajetória é marcada pelo oportunismo; na década de 80 foi militante do PCB; nunca se filiou ao novo sindicalismo, foi militante ativo na campanha pela privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, foi o braço no sindicalismo de negócios do governo Collor²⁶.

Logo no início da década de 90 o movimento sindical se viu em uma encruzilhada, uma vez que os Plano Collor 1 e 2 foram fracassados e a vitória eleitoral de Collor tinha bases de “modernização”, mas logo no início debandou para um arrocho salarial, tarifaço e uma recessão violenta.

O plano Collor 1, todos lembramos, objetivava, através da recessão violenta, do arrocho salarial, do enxugamento da liquidez, da redução do déficit público, da privatização do Estado, estancar o processo inflacionário para abrir caminho para um real segundo momento, mais ofensivo, do Plano. É falso, portanto, quando se diz que o plano Collor 2 é a continuidade natural do plano anterior. Não é. O Plano Collor 2 é o reconhecimento da falência das medidas imediatas e contingenciais do Plano Collor 1. (ANTUNES, 2005, p.13).

²⁵ Leôncio Martins Rodrigues e Adalberto Moreira Cardoso: Força Sindical: uma análise sociopolítica, Paz e Terra, São Paulo, 1993.

²⁶ Vito Gianotti em seu livro Medeiros visto de perto (1994) detalha a trajetória política de Luís Antônio de Medeiros, que se iniciou no movimento sindical quando era militante do PCB.

O contexto recessivo do início de 1990 colocou o sindicalismo combativo na retaguarda, a insegurança na preservação do emprego deixou os trabalhadores receosos, terreno fértil para que a ideologia economicista e conciliadora própria do neocorporativismo se desenvolvessem entre a classe trabalhadora. Uma parte da representação sindical representada pela Força Sindical estava claramente compromissada com o neoliberalismo, pois seu ponto de vista contingente limita sua prática a ganhos econômicos e perdas mínimas em um setor particular, “mesmo quando a redução das perdas implica a aceitação ativa da política de desenvolvimento pró-monopolista e pró-imperialista” (WELMOWICKI, 2004). A FS entendia ser esse o novo momento do papel dos sindicatos, isolando sua prática sindical em reivindicações específicas de diferentes setores profissionais, estáveis e mais qualificados.

A outra parte do movimento estava dividida entre os que queriam ir pela via imediata da negociação e aqueles que acreditavam que o momento era de permanecer na postura combativa da ação direta. Essas dualidades estavam representadas pelas correntes Articulação (majoritária) e CUT pela Base, Democracia e Luta, respectivamente. Mais adiante iremos tratar especificamente das transformações desenvolvidas na CUT a partir dos anos 90, mas que têm raízes já em 1988 no seu III Congresso Nacional.

Seguindo, Boito Jr. em seu artigo *De volta para o Novo Corporativismo (1994)* chama atenção para o que ele denomina de “transição” do sindicalismo de massas para um mercado pelo *neocorporativismo*. Desde o auge do novo movimento sindical a partir de 79 as forças neoliberais disputaram campos de ação, entretanto, essas não possuíam força política para tornar-se predominante devido à conjuntura combativa daquele contexto, por conta do seu caráter conciliador.

O corporativismo atual obedece a duas tendências no movimento sindical: a corporativista estatal e a neocorporativista. O que falamos por corporativismo estatal se refere ao que é originário da década de 1930 quando os sindicatos foram institucionalizados pelo Estado e arregimentados no sindicato oficial. Já o neocorporativista se trata das mudanças ocorridas no aparelho de Estado sindical já na década de 1990, especificamente. Uma de suas principais características é o declínio da concepção de classe.

Na conjuntura ideológica brasileira ganhavam força valores e ideias como modernização, concorrência, privatização, e abertura ao capital estrangeiro. Tais ideias se fortaleciam em detrimento das bandeiras e concepções operárias, populares e antiimperialistas, como luta de classes, reformas distributivas, soberania nacional e independência econômica. (BOITO JR, 1994, p. 26).

O sindicalismo corporativo de Estado continua atuante, mas com grandes debilidades. Destacamos que já em 79 havia correntes defensoras do neoliberalismo no movimento sindical, sendo que a partir de 1990 essas tendências se ampliaram com o ascenso do novo modelo econômico, enfraquecendo ainda mais a tendência corporativista clássica. Sua prática sindical durou um período bastante expressivo: 1930-1964. Embora a ditadura militar tenha posto fim aos governos populistas, não aboliu por completo setores que defendiam as estratégias do populismo.

Tal sistema, foi implantado pelo movimento reformista representado pela Revolução de 1930, que pusera a baixo a política liberal excludente do Estado Oligárquico, e se dirigia a uma geração de trabalhadores recém-incorporado ao mercado de trabalho urbano. O sindicalismo corporativo de Estado foi típico do período populista, sendo uma materialização do mito do “Estado protetor” próprio do populismo, no sentido em que, no sindicalismo corporativo de Estado, o Estado aparece como organizador do movimento sindical. (BOITO JR, 1994, p. 26).

Segundo José Welmowicki (2004) a ideologia populista possuía dois princípios básicos: “o povo-nação” e o “Estado-protetor dos pobres”. Entretanto, diante da ofensiva neoliberal esse conteúdo ideológico não encontrou sustentação devido ao projeto das classes dominantes e o desmonte das políticas sociais do Estado. O argumento do inimigo externo (imperialismo) já não correspondia com as novas relações econômicas e políticas das classes dominantes do Brasil.

Esse aspecto não tem mais sustentação frente ao projeto amplamente majoritário da classe dominante, a favor da total abertura ao capital internacional, por “aceitar a realidade globalizada” e buscar melhores acordos com as potências imperialistas. (p.111).

Atualmente, o sindicalismo neocorporativista predomina na maior parte do movimento sindical brasileiro (CUT, Força Sindical, CTB, UGT, NCST)²⁷. Segundo as referências que direcionam nosso trabalho, a maior central sindical, CUT, originária do plano de lutas em 1980 possui práticas que se assemelham com as investidas de um sindicalismo de negócios típicas ao modelo neoliberal.

A Força Sindical já nasce em 1991 arregimentada com o neoliberalismo, portanto, é originariamente uma central pelega. No entanto, em relação a Central Única dos

²⁷ Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil – CTB, União Geral dos Trabalhadores – UGT, Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST.

Trabalhadores sua mudança provocou um forte abalo no conjunto do sindicalismo, já em seu III congresso nacional em 1988 foi aprovada a proposta da corrente majoritária da central (Articulação) do Contrato Coletivo de Trabalho.

Essa proposta se assemelha com a política defendida pelo sindicalismo neocorporativista, pois na opinião de seus adeptos é um meio de maior liberdade para os trabalhadores que desejam fazer acordos que avaliem ser melhores para seu setor ou ramo econômico. O sindicalismo neocorporativo é marcado por sua centralidade em categorias profissionais, rejeita a tutela do Estado, engloba setores organizados e adeptos da participação institucional-burocrática, apoia a flexibilização das negociações. Dentro da CUT a maior corrente, Articulação (majoritária), se alinha com os preceitos neoliberais.

A CUT lutou por reformas na estrutura sindical. Apesar disso, na Constituição de 1988 ocorreu a continuidade da estrutura sindical e a liberalização do controle do Estado sobre os sindicatos oficiais, por exemplo, da sua política econômica. Entretanto, não rompeu totalmente, uma vez que persistiu a utilização das contribuições obrigatórias²⁸ e a representação legal do sindicato.

Ainda, o neoliberalismo não é formado somente por tendências neocorporativas. No seu interior ainda existem correntes que defendem o sindicalismo corporativo de Estado, entretanto, com enormes debilidades devido a grande fortificação do neoliberalismo no Brasil.

A tendência é que cada vez mais o corporativismo, que ajudou a política de Estado Vargas na conquista de aceitação e prestígio do “Estado protetor” por parte dos trabalhadores e responsável por minar a prática sindical durante 1930-1964, entre em declínio definitivo.

2.5 O Sindicalismo de Confronto em 1990

Depois de um longo período do sindicalismo atrelado ao Estado através dos sindicatos oficiais, ao final da década de 70 vimos que o movimento operário brasileiro dava demonstrações que entraria em outra etapa, na qual sofreria alterações sem precedentes. Não há dúvida alguma sobre a grandiosidade e o acúmulo teórico e político que os processos de ruptura e reorganização sindicais representaram para o conjunto da unidade dos trabalhadores brasileiros nesse período.

²⁸ Esse processo se ampliou no governo Lula, “O governo Lula promoveu, ainda, uma reforma sindical que oficializou as centrais sindicais brasileiras, aumentando o imposto sindical e transferindo anualmente cerca de R\$ 100 milhões para estas organizações”. In: Financerização da burocracia sindical no Brasil, 2012.

O “novo movimento sindical” gestado a partir das oposições sindicais ao sindicato oficial foi exequível para a fundação da maior central sindical da América Latina: a CUT. Ao contrário de algumas posições que classificam a luta do movimento operário daquela época como tão somente o embate pela democracia, as análises marxistas mostram que o movimento operário da década de 1980 foi uma experiência classista²⁹ em oposição às classes dominantes e à política do Estado.

Ao analisarmos o processo de constituição da CUT é notória a oposição à política de desenvolvimento do Estado. Com efeito, a CUT fez sua história na defesa da classe trabalhadora, sem conciliação, e foi opositora da exploração capitalista. Uma de suas estratégias centrais repousava no entendimento de que a luta sindical não se limitava na luta reivindicativa em defesa dos salários e das condições de trabalho. Havia uma luta política séria contra a exploração orientada pelo capitalismo. Marx (1990) dizia que uma das características dos movimentos dos operários é de que esses cresçam em identidade de classe com a condição de que lutem contra o capital.

A CUT, durante a década de 80, lutou para implementar uma estratégia sindical de combate à política de desenvolvimento pró-monopolista, pró-imperialista e pró-latifundiária do Estado brasileiro. Em primeiro lugar, a CUT foi gradativamente consolidando, a partir do seu congresso de fundação, em 1983, e até o seu terceiro congresso regular, em 1988, uma plataforma de transformações econômicas e sociais antagônica à política de desenvolvimento do Estado brasileiro, além de intervir de modo ativo na luta pela democracia. De um congresso para outro a CUT foi aprovando e reafirmando as seguintes palavras de ordem, referentes à economia e à política social: não pagamento da dívida externa, estatização do sistema financeiro, estatização dos serviços de saúde, da educação e do transporte coletivo, reforma agrária sob controle dos trabalhadores, contra a privatização das estatais. Em momentos críticos da luta democrática, a CUT aprovou, em seus congressos, palavras de ordem tais como: boicote ao Colégio Eleitoral, que acabaria por eleger Tancredo Neves, e luta por uma Constituinte exclusiva e soberana, opondo-se à atribuição de poderes constituintes ao Congresso que deveria ser eleito em 1986 (8). (...) A CUT organizou campanhas, no âmbito nacional e internacional, pelo não pagamento da dívida externa e interveio ativamente a favor da reforma agrária na elaboração da Constituição de 1988. Ademais, nas greves gerais nacionais de protesto que organizou, ao longo da década de 80, contra a política econômica do governo, a CUT propagandeou e agitou sua plataforma de transformações econômicas e sociais. (BOITO JR, 1996, p.86).

A CUT nasceu em meio às lutas operárias e camponesas desse país, sua história é lembrada como um momento de forte unidade de diferentes setores das classes trabalhadoras

²⁹ Ver: José Welmowicki, 2004. Cidadania ou Classe: O Movimento Operário da Década de 80.

e de organizações marxistas. Seu projeto era inédito no país e para sua implantação foram sucessivas tentativas desde a Confederação Operária Brasileira – COB (1906) ao Comando Geral dos Trabalhadores – CGT (1962).

Havia necessidade de criar uma central sindical nacional para unificar as forças de trabalho. Segundo José Maria de Almeida (2007), já em 1979 no congresso estadual dos metalúrgicos em São Paulo saiu uma resolução que propunha um partido de trabalhadores. A posteriori, podemos perceber qual foram os efeitos dessa resolução: A CUT e O PT nascem de um mesmo anseio por uma organização nacional de trabalhadores.

Com efeito, a CUT foi oposição ao governo. Desde sua criação defendeu o sindicalismo classista. Esse projeto só construiu a maior central sindical da América Latina por suas bandeiras e práticas de luta. Em 1991 quando foi fundada a Força Sindical, nas resoluções do III congresso da CUT essa dizia que Medeiros e Magri eram “agentes do capital”. Entretanto, atualmente essas centrais tornaram-se aliadas na política dos pactos sociais com governo e empresários, do “sindicalismo propositivo”, “sindicato cidadão”. Passados os anos de chumbo, agora a política é participar das estruturas do poder³⁰.

Existe uma diferença no peleguismo da Força Sindical e o da CUT. A primeira já nasceu apoiando o neoliberalismo e os governos neoliberais de Collor e de Fernando Henrique Cardoso – FHC. Quando esse último saiu da direção do Estado, a FS passou a ser oposição do governo e aliada dos empresários; como se vê, trata-se de um peleguismo congênito.

Por outro lado, a CUT foi oposição aos pelegos atrelados ao sindicato oficial. Foi vitoriosa em sua ação, mas ao final da década de 1980 e muito mais em 1990 muda suas concepções e estratégias, moldando-se ao capitalismo. Em 2002 com a vitória eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva aprofunda suas concepções neoliberais. Assim, trata-se de um neopeleguismo.

O sindicalismo de confronto cedeu lugar às orientações políticas transformistas ao mesmo tempo em que o PT começa a defender outras bases ideológicas. De fato, o conteúdo dos discursos sofreu alterações. Em 1990, o que era “classe” passa a ser “sociedade civil”. Nesse sentido, parecia que o fim da ditadura militar também significava o fim da exploração e a participação dos sindicatos perpassava pelo seu participacionismo na agenda do Governo Federal.

³⁰ “No geral, a CUT apresenta suas posições como se as classes populares integrassem o bloco no poder”. (ALMEIDA, p.93).

A corrente hegemônica na CUT, a Articulação Sindical, passou, surpreendentemente, a apregoar que seria necessário abandonar o "sindicalismo defensivo" e "meramente reativo" dos anos 80. E passou, desde então, a defender o que ela denominou "sindicalismo propositivo" (ofensivo?), aquele que, em vez de "apenas se opor e ser contra", deveria propor "alternativas concretas" para todos os problemas importantes da política de desenvolvimento. Essa nova estratégia, que começou a ser esboçada na Plenária Nacional da CUT de agosto de 1990 em Belo Horizonte, saiu consolidada do IV Congresso da CUT, realizado em São Paulo, em setembro de 1991. (BOITO JR, 2006, p.91).

Interessante é que nesse mesmo congresso a CUT se filiou a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CIOLS), entidade ligada à socialdemocracia e ao imperialismo norte-americano. Logo após o fim do bloco soviético, a central declinou do apoio da Federação Sindical Mundial (FSM), que aglutinava os partidos comunistas e o bloco soviético, e decidiu-se pela CIOLS, sendo que anteriormente a central contava com apoio político, organizativo e financeiro de ambas.

Os novos tempos exigiam dos trabalhadores novas estratégias de luta, mas para a CUT primeiro foi necessário metamorfosear os princípios para alçar novas estratégias. Sua fundação foi sem autorização do Estado, marca da defesa pela autonomia sindical diante do Estado. Mas atualmente aceita que cabe ao Estado autorizar suas práticas. A democracia de base tomou o rumo da tomada de decisões a portas fechadas pela cúpula dirigente. É notável que desde o III congresso de 1988 as oposições sindicais são restringidas de participar das decisões da central, negando-se a importância das oposições, logo, negando sua própria história que surge como oposição sindical.

A CUT deu um giro para o conservadorismo, uma vez que a voz hegemônica na central nega a luta de classes e diz que sindicatos não são para fazer política e sim “valorizar” a força de trabalho vendendo-a melhor no mercado. Ademais, na década de 1990 fica explícita a nova estratégia por parte da corrente majoritária da central (Articulação), que freou as lutas e o radicalismo da década de 1980 como forma de cidadania política.

O novo conteúdo ideológico que viabiliza e incorpora a concepção neoliberal na consciência dos trabalhadores atualmente, deve-se a luta pela cidadania, uma vez que a democratização do Brasil se deu também pela pressão dos trabalhadores que queriam negociar, mas a ditadura não permitia. “Essa é a opinião de Luiz Marinho, presidente do sindicato de São Bernardo em 1998”. (WELMOWICKI, 2004, p.113).

A discussão da **cidadania como estratégia** foi uma arma ideológica para introduzir a colaboração de classe no sindicalismo cutista. Ela foi sendo trabalhada nos últimos anos e expressou uma negação da visão original que

primou na década de 80, que deu origem ao PT e à CUT: significa encarar a sociedade como composta de **cidadãos** (e/ou candidatos a), e não composta de classes sociais. Significa abandonar a ideia de independência e unidade dos trabalhadores cujos interesses são contrapostos aos da classe dominante. Passe-se a pregar o *Sindicato-cidadão*, a buscar a união de toda a sociedade para conseguir a cidadania para todos. (Welmowicki, 2004, p.110).

O interessante de tudo isso é perceber a contradição e o retrocesso no qual a CUT entrou na virada do século, negando seus princípios fundantes e colocando toda uma geração que lutou contra a exploração na retaguarda, limitando suas ações a planos de negociação entre governo e empresários.

Em suma, os princípios do sindicalismo conservador neocorporativista são: reconhecimento da vitória do capital; inevitabilidade da lógica do mercado; limitação e restrição da luta sindical, reivindicações economicistas, participacionista e o caráter conciliador. Nesse sentido, formam novo discurso para justificar velhas práticas no movimento sindical como o peleguismo e o apego a burocracia. O que parece é que não se trata somente de tendência conservadora, mas um projeto mais amplo de sociedade do qual a central histórica passa a participar conscientemente. O projeto neoliberal se encontra em vias de desenvolvimento no Brasil, mas não se pode ainda ter conclusões exatas.

CAPÍTULO III: QUAL SINDICALISMO?

No segundo capítulo vimos que a estrutura sindical e as tendências sindicais majoritárias estão predominantemente articuladas com os princípios políticos, econômicos e ideológicos neoliberais. Portanto, faz-se necessário pensar e articular estratégias que combatam esse projeto sindical que se encontra fortalecido dentro dos sindicatos e que mina a organização dos trabalhadores formais e informais.

Para a superação desse processo nefasto é imprescindível questionar: qual sindicato, qual atuação e quais princípios? Por isso, nesse terceiro capítulo a proposta é empreender uma breve discussão sobre a concepção marxista de sindicato, tendo como referência principal os escritos de Marx, Engels e Lênin.

Ainda, elucidar alguns movimentos de reorganização que se constituíram no cenário político brasileiro a partir de 2004 no Brasil, organizações essas que deixam claro sua oposição ao governo e seu caráter privatista do Estado, contra a precarização do trabalho e das terceirizações.

3.1 Por um sindicato combativo

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a realidade; ao contrário, é a realidade social que determina sua consciência. (MARX, 2008).

Esse excerto foi extraído do pensamento de Karl Marx, suas ideias foram mais do que isso, transformaram práticas materiais, abalaram a sociedade alemã e ganharam o mundo; o pensamento crítico nunca mais fora o mesmo a partir dele.

Nesse terceiro capítulo não iremos tratá-lo em tom de conclusão, mas sim como o início de uma perspectiva de resgate do pensamento marxista e marxiano sobre os sindicatos na atualidade, sua função social e as extenuações no que diz respeito a sua existência na sociedade contemporânea, essa marcada por um individualismo, fragmentação da classe trabalhadora, processo advindo da reestruturação produtiva que apressadamente é considerada por alguns autores como o fim da classe trabalhadora³¹.

³¹ ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP, Cortez, 2003. Segundo o autor, Adeus ao Trabalho foi de certa forma inspirado a partir do livro de André Gorz lançado em 1980: Adeus ao Proletariado. Antunes problematiza e polemiza com as teses desse livro que questiona a centralidade do trabalho nos países de capitalismo avançado.

Seguindo, com o processo de reestruturação produtiva e/ou acumulação flexível ao final dos anos 1970 nos países centrais, implantou-se um novo modelo de gestão do trabalho chamado de Toyotismo e/ou modelo japonês. Essa nova fase da exploração capitalista tem como projeto “enxugar” o modelo tradicional Taylorista-Fordista, no que diz respeito ao tempo e a multifuncionalidade da mão-de-obra, o que gera um grande desemprego estrutural, advindo do não acompanhamento das mudanças tecnológicas; abrindo espaço para o setor de serviços precarizados.

Esse último aspecto exprime o essencial das teses que afirmam o fim da categoria trabalho, uma vez que essa mão-de-obra não e/ou menos qualificada não encontra espaço no mercado formal, nos empregos ainda relativamente estáveis que possuem direitos trabalhistas. Formou-se uma massa trabalhadora sem trabalho que por sobrevivência tem que se submeter ao mercado informal desprotegido, ao setor de serviços que flexibilizam ainda mais os direitos, sem contar com o aprofundamento da precarização da mão-de-obra.

Quanto mais se precariza a força de trabalho dos despossuídos, maior a reserva de mão-de-obra no mercado, ao mesmo tempo, o medo da perda do emprego é disseminado entre os trabalhadores nos locais de trabalho, por isso Marx não poupou críticas ao capitalismo. “O interesse de cada capitalista individual em aumentar seu lucro mediante a redução de salários dos operários é constantemente estimulado pela concorrência entre capitalistas de um mesmo ramo industrial” (MARX, 1980)³².

É irrefutável a contradição do sistema capitalista, quanto maior seu lucro mais desumana é a forma com que retira a mais-valia³³ da força de trabalho, ao mesmo tempo em que estabelece elementos para a oposição de classe, os desenvolvimentos desse processo variam e nem sempre desembocam em avanços reais para a luta dos trabalhadores.

Por outro lado, não se pode esquecer que a organização dos trabalhadores é condição primária para se obter vitórias e avançar na luta contra o capitalismo. Como dito nos capítulos anteriores, a classe trabalhadora organizada no início do século XX, através do sindicalismo anarquista independente do Estado, representou importantes mobilizações grevistas pela defesa de direitos trabalhistas. Ainda, mesmo no período do sindicato ultra atrelado ao Estado, nos 20 anos da ditadura, houve lutas protagonizadas pelos trabalhadores. O sindicato poderia até estar parado em determinados contextos, principalmente sem organizar lutas, mas é inegável que sempre existiram aqueles que não se conformaram e não deixaram conformar.

³² Acrescentaria sem nenhuma prepotência, e os demais países.

³³ **Mais-valia** é uma expressão econômica, criada por Karl Marx que significa parte do valor da força de trabalho dispendida por um determinado trabalhador na produção e que não é remunerado pelo patrão.

Queremos com isso trazer a lume as bases das discussões acerca dos sindicatos na atualidade, pois o cenário atual de precarização, terceirização e flexibilização dos direitos trabalhistas impulsiona a tarefa da necessidade do resgate das concepções de sindicato sob a ótica marxiana e marxista, referências nesse ponto a seguir.

Marx dizia que os capitalistas sempre estão organizados, nem sempre do modo formal, entretanto, à medida que cresce a preponderância do capital em determinado lugar, essa forma é efetuada a fim de se protegerem da classe trabalhadora. Já nos anos de 1860 Marx ressalta o papel dos sindicatos como força imprescindível na defesa do salário dos operários, essa forma mesmo que embrionária no fator econômico demonstra um avanço na tentativa de se estabelecer relações menos precárias de vida e o início do associativismo operário.

O capital é uma força social concentrada, enquanto que o operário não dispõe senão de sua força produtiva individual. Portanto, o contrato entre capital e o trabalho nunca pode se estabelecer sobre as bases equitativas, ainda que se dê à palavra “equitativa” o sentido alterado que tem em uma sociedade onde as condições materiais estão de um lado e a energia produtiva vital do outro. (...). Os sindicatos nasceram dos esforços espontâneos dos operários ao lutar contra as ordens despóticas do capital, para impedir ou ao menos atenuar os efeitos dessa concorrência, modificando os termos do contrato, de forma a se colocarem acima da condição de simples escravos. (MARX, 1980, p.13).

Uma vez que o elemento vital da produção (o trabalhador) se encontra em vias dissociadas dos meios de sobrevivência e mantém-se refém de outra classe, a saber, a dominante, Marx enfatiza a necessidade dos sindicatos atuarem como centros de organizações da classe operária, pois “devem ajudar todo movimento social e político de igual tendência”. (MARX, 1980).

No preâmbulo do estatuto de fundação da 1ª Internacional, Marx categoriza a questão da emancipação do trabalho explorado como um problema social, de todos os países no qual vige o capitalismo. O internacionalismo da classe trabalhadora se dá ao mesmo tempo em que o capital cresce e há um desenvolvimento da indústria, por esse motivo Marx deixa claro sua proposta nesse mesmo documento sobre a essencialidade de transformar as organizações nacionais em internacionais, como condição para seu êxito, haja vista o caráter internacionalista do capitalismo.

Marx lançou as bases da tática sindical. Determinou a posição dos sindicatos no Estado capitalista e estabeleceu a justa correlação entre a luta econômica e política. “Demonstrou a proeminência da luta política sobre a luta econômica, assinalou os limites da

atividade dos sindicatos, elaborando a tática sindical sob a base da luta revolucionária de classe, ligando, organicamente, a luta pelas reivindicações imediatas à luta pelo objetivo final” (LOSOVSKY, 1989).

Nesse sentido, Marx deixou claro sua a posição crítica a respeito dos limites da luta sindical, esses considerados organismos que compõem parte da estrutura do Estado moderno, competindo à tática sindical estar associada à luta revolucionária para poder avançar. Ademais, os escritos althusserianos comungam com a perspectiva teórica do filósofo alemão, uma vez que os sindicatos estão interligados a uma estrutura específica de organização, que consisti no aparelho de Estado que é burocrático em essência. Por isso, a insistência em não se limitar ao fator economicista, já prognosticando também a existência de elementos negativos desse modelo³⁴.

Depois de Marx, as contribuições de Vladimir Lênin são consubstanciais para uma visão ainda crítica do papel dos sindicatos ao longo da história. Em uma de suas obras mais conhecidas *O que fazer*, escrita em 1902, defende com veemência a luta política como uma modalidade diferenciada das demandas puramente econômicas a partir de uma polêmica com a socialdemocracia russa de então.

Segundo ele, havia uma tendência imperando no meio sindical que fazia o culto ao economicismo³⁵. Os defensores desse acreditavam que as lutas econômicas por si só eram lutas políticas. Lênin defendia que o espontaneísmo do fator econômico considerado última instância de reivindicação só levaria a uma subordinação maior diante do capital, uma vez que a única necessidade era de que negociassem um valor não tão precário do salário dos operários, não sendo necessário com isso se pensar em um novo modelo produtivo.

É irredutível que o próprio crescimento do capitalismo leva os trabalhadores a organizarem movimentos e greves. Engels disse que as greves eram escolas de guerra. Nesse sentido, Lênin em seu escrito de 1889 “*Sobre as greves*” parafraseia seu mestre reiterando que a escola de guerra ainda não é a própria guerra. Sobre isso, ele faz a defesa da agitação e a propaganda política como instrumento para superar a consciência arraigada na restrita defesa dos salários.

As lutas economicistas imprimem ao *modus operandi* dos trabalhadores que basta lutar contra o patrão por melhores salários e condições de vida, além disso, alimentam uma

³⁴ Tanto Marx, Engels e Lênin acreditavam que o sindicato mesmo que classista, por ser uma estrutura do Estado não poderia fazer avançar a classe trabalhadora como um todo no sentido revolucionário. Esse papel caberia ao partido revolucionário. Nesse momento esclarecemos que não nos ateremos de forma mais extensa sobre as questões de partido, ficando aqui o registro de sua importância.

³⁵ Economicismo é a expressão usada por Lênin para denominar as correntes que atuavam no movimento sindical que superestimavam a luta econômica, confiando que nela já estava impressa a luta política.

prática de reformas dentro do capitalismo. Lênin acreditava que a luta econômica é um dos momentos das lutas dos trabalhadores contra sua exploração, para isso a necessidade dos sindicatos empreenderem lutas políticas contra os patrões e governo, contra todas as estruturas do Estado, contra sua política de desenvolvimento ancorada na subjugação de sua força de trabalho, e assim, propagandeando outra sociedade.

Os sindicatos deveriam ser verdadeiros agitadores e propagandistas políticos, com uma plataforma clara de oposição ao sistema metabólico em vigência, para além das denúncias na queda do valor da força de trabalho. Os sindicatos deveriam ser centros de aglutinação das insatisfações e formação política do operariado. A lógica do capital é separar, tornar o trabalhador alheio a si e aos demais companheiros, como forma de isolá-lo de sua classe. Contrário a isso deveria ser a atuação sindical, pois uma das tarefas dos sindicatos é fazer o trabalhador questionar as causas de sua condição precária de existência, como condição de sua libertação.

Ressaltamos aqui que não se trata de uma defesa da supremacia da luta política em detrimento da econômica, uma vez que as lutas econômicas se desenvolvem de forma espontânea na medida em que o capitalismo avança sua exploração. A limitação somente ao fator econômico é que gera consequências comodistas, pois não amplia o debate de contra quem e o quê se luta. “Além disso, a experiência histórica prova de modo irrefutável, que a falta de liberdade ou a restrição dos direitos políticos do proletariado levam sempre a necessidade de colocar a luta política no primeiro plano”. (Lênin, 1961, p.33).

A luta econômica deve ser um gancho à luta política, à crítica do sistema capitalista, à forma como se dá o desenvolvimento do Estado, à execução do regime democrático, superar sua contingência imediata e tornar-se potência social, superando sua desunião. Na concepção de Marx, Engels e Lênin, os sindicatos são importantes pontos estratégicos para o processo de confrontação ao capital e o gestar de outro modo de vida. Como diz Ricardo Antunes (2009), a categoria trabalho/classe trabalhadora ainda ocupa espaço central no processo de transformação da sociedade.

É claro que essa proposta organizacional não se cumpre a partir das defesas em si, mas antes que existam pessoas dispostas e condições reais para tanto. Na história brasileira as oposições sindicais cumpriram papel essencial na defesa de muitos desses princípios, vide o movimento que fundou a central sindical e o partido, históricos nos anos 1980. No segundo capítulo desse trabalho discutimos a tendência neocorporativa de sindicato no Brasil³⁶ que

³⁶ Falamos pelo contexto brasileiro, mas isso não significa dizer que não ajam influências do sindicalismo norte-americano e europeu, entretanto não foram o foco de nosso trabalho. Mas sabemos de suas

sustenta discussões e práticas puramente mercantis e setoriais sobre os trabalhadores, posições que negam os postulados marxiano e lenineano por considerarem a vitória do capital, sendo impossível inclusive superarem-no.

Esses prognósticos são danosos para os trabalhadores³⁷, pois ao invés dos sindicatos e centrais mais influentes no seio da classe serem ponta de lança para a denúncia ao neoliberalismo, usam de seu poder para subordinar a classe às velhas estratégias de colaboração de classe. Já em 1990 a CUT aceitou sentar na mesa de negociação proposta por Fernando Henrique Cardoso (BOITO, 1999; ANTUNES, 2005) com o intuito de discutir a reforma da previdência do setor privado. Em 2003 já no primeiro mandato, Lula implementou a reforma da previdência do setor público como um maremoto sobre os diretos trabalhistas conquistados a duras penas pelas gerações passadas, momento em que a CUT não chegou a chamar nenhum ato nacional contra esse brutal ataque.

O participacionismo genérico sindical mina com a concepção de classe, já sabemos o quanto essa postura desconstrói e nega a história da luta de classes no Brasil, limitando anos aguerridos à busca por espaços de negociações entre patrão e governo. A oposição sindical (novo sindicalismo) que outrora atuou contra a política de desenvolvimento do Estado e contra a opressão da ditadura em todos os sentidos, seguiu deseducando e reconhecendo como legítimo o ideário neoliberal, fortalecendo a ideologia neocorporativista.

São novas características para justificar velhas práticas no movimento sindical, de oposição ao capital e ao governo, passasse a colaborar com ele. Sabemos que essa tendência predominante no sindicalismo atual brasileiro divide espaço mesmo que não dominante de oposições sindicais, em 2010 a fundação da Central Sindical e Popular – CSP-Conlutas mostra outra tendência nesse meio, que é o processo de reorganização das lutas do setor formal com os movimentos urbanos por terra, moradia e emprego, resgatando os princípios de unidade entre todos os setores que padecem diante da investidura do capital, possuem também como proposta resgatar valores adormecidos pelo sindicalismo neopelego, como a autonomia e independência financeira.

Dessa forma, os postulados do sindicalismo conservador neocorporativista são: reconhecimento da vitória do capital; fatalidade da lógica do mercado; limitação e restrição da luta sindical em demandas muita das vezes que nem chegam a ser economicistas; abatidas por

influências mais fortemente nos anos 90 com a filiação da CUT ao Confederação Internacional dos Sindicatos Livres – CIOLS, entidade ligada a social-democracia.

³⁷ Nesse ponto gostaríamos de elucidar nossa opinião acerca de quem são os trabalhadores que falamos aqui, a fala geral quer retratar o conjunto da classe trabalhadora, tanto os trabalhadores formais e os informais, com ou sem sindicatos.

imobilismo surpreendente. Por tudo isso, reafirmamos a nossa proposta de defesa das teses marxista-leninistas de sindicato, como forma de irromper com o ideário economicistas e conciliador mais uma vez atuais na história do sindicalismo brasileiro.

Os sindicatos apesar de possuírem limites estruturais necessitam estar dentro da luta político-ideológica propagandeando e organizando outra configuração de sociedade. Ademais, devem estar lado a lado de outros setores que lutam contra a ordem do capital: movimento popular, LGBT, sem terra, negro, indígena, de mulheres, enfim, todos os que são diariamente são explorados e oprimidos pelo capitalismo.

Não obstante, a história já mostrou o quão importantes são os setores que se rebelam contra a ordem dominante, a CUT e o PT cumpriram esse papel, mesmo que hoje neguem pelo fato de defenderem princípios alheios aos trabalhadores, ainda trataremos desses fatos de irrupção dentro do movimento sindical e demais movimentos sociais no ponto a seguir.

3.2 “Me organizando eu posso desorganizar”

Iniciamos o penúltimo ponto do terceiro capítulo de nosso trabalho com o excerto da música “Da Lama ao Caos” do grupo musical Nação Zumbi. O trecho pode sintetizar em poucas linhas a proposta geral do esforço feito até aqui em colocar em debate algumas das lutas que se desenrolaram no Brasil a partir dos anos 2000, a proposta é expor em linhas gerais acontecimentos importantes que surgiram do questionamento do *status quo* social advindo de um sentimento mais aguçado da precariedade observadas no cotidiano.

A música diz “posso sair daqui para me organizar, posso sair daqui para desorganizar”, esse excerto pode ser ilustrado a partir do primeiro grande impacto no meio sindical e demais movimentos sociais, principalmente entre os que apoiavam o jovial governo do PT e a CUT quando o primeiro implementou a reforma da previdência em 2003³⁸. A partir desse contexto, abriu-se a discussão crítica sobre qual movimento sindical? Uma vez que a CUT enquanto central sindical que deveria defender os direitos dos trabalhadores, escolheu permanecer ser à base do governo, não chamando sequer um ato nacional para denunciar a prática de desmonte dos direitos dos servidores públicos.

³⁸ A reforma da Previdência de 2003 reduziu direitos previdenciários dos servidores públicos ao instituir a taxação de aposentadorias e pensões, aumentou o tempo necessário para a requisição da aposentadoria e eliminou o benefício integral.

O historiador Marcelo Badaró³⁹ (2014) em seu artigo Greves no Brasil: o despertar de um novo ciclo de lutas? , chama atenção para o refluxo que se instaurou nas lutas coletivas dos trabalhadores como as greves a partir da década de 1990, no mesmo texto, considera 1989 momento de grande efervescência no recurso a essa prática de luta. Segundo ele, ocorreram aproximadamente 4000 greves no Brasil. A posteriori, “este número foi caindo, até atingir 1228 greves em 1996, 525 em 2000 e 299, em 2005, num dos pontos mais baixos da curva (o menor número foi de 298 em 2002)⁴⁰”.

Para explicar tal declínio das mobilizações organizadas dos trabalhadores, podemos elencar diversos fatores: *o desemprego e a precarização das relações de trabalho decorrentes do processo de reestruturação produtiva*⁴¹ que se acelera a partir da década de 1990; o progressivo apassivamento da maioria da direção sindical mais combativa (reunida em torno da Central Única dos Trabalhadores, a CUT), que ao longo dos anos 1990 adere progressivamente a uma lógica conciliatória e amolda-se à ordem do capital e à estrutura sindical oficial; e, já nos anos 2000, a incorporação de dirigentes sindicais aos governos capitaneados pelo Partido dos Trabalhadores, acompanhada da transformação da CUT em braço sindical dos governos petistas e de sua definitiva incorporação à estrutura sindical oficial.

O sociólogo Alvaro Bianchi⁴² comunga de opinião semelhante, em uma entrevista cedida em 2014⁴³ expõe acreditar que o declínio tanto da produção intelectual marxista quanto o baixo número de greves se dá por dois motivos, o primeiro, por um adiantamento da ideologia neoliberal e o segundo, pelo processo de entrada de muitos intelectuais promissores pela máquina de administração estatal petista.

Ambos os estudiosos, defendem que o Brasil passa por um processo de reorganização dos movimentos sociais, haja vista o aumento das greves contabilizadas já nos anos 2000. Boito Jr. também importante referência nos estudos sobre sindicalismo avalia que desde 2004 ocorre uma recuperação da atividade sindical no Brasil, em seu texto “O Sindicalismo deixou a crise para trás? um novo ciclo de greves na década de 2000” polemiza com as teses que desqualificam a prática sindical e decretam inclusive seu fim.

Ainda,

³⁹ É professor titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense.

⁴⁰ O artigo na íntegra está disponível na edição de Maio de 2014 da revista eletrônica Habanero.

⁴¹ Grifo nosso.

⁴² Professor Livre-docente do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas.

⁴³ Entrevista disponível no blog Convergência Socialista, sobre o título original “O marxismo brasileiro precisa se renovar”: entrevista com Alvaro Bianchi e Marcelo Badaró. (2014).

No conjunto do período 2004-2008, as reivindicações ofensivas estiveram presentes na grande maioria das greves – em porcentagem, 65% ou mais do total de greves de cada ano. Essa tendência é contrária àquela verificada na década de 1990, quando, embora as greves ocorressem em maior número, nelas predominavam as reivindicações de caráter defensivo, segundo o levantamento do Dieese (2008, p.32; 2009, p.4). Ou seja, na década de 1990, parece que os trabalhadores tiveram de correr muito apenas para lograr permanecer no mesmo lugar, enquanto que, na de 2000, com menos esforço, isto é, com um número menor de greves, estão logrando avançar em novas conquistas. (idem, p.9).

Para Ruy Braga (2013), de acordo com seus estudos realizados com os operadores de telemarketing no Estado de São Paulo,

A partir de meados dos anos 2000, registramos o aumento da atividade grevista na indústria paulistana do call center. Após 2010, o ritmo da mobilização acelerou ao ponto dos teleoperadores se destacarem nas greves nacionais bancárias. Os aumentos reais do salário- mínimo e a oferta de crédito consignado já não eram mais suficientes para conter a insatisfação social. Tornaram-se parte de uma avassaladora onda reivindicativa em escala nacional. (p. 140).

Badaró com base nos estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, em 2010 foram contabilizadas de 446 greves, 554 em 2011, no ano de 2012 aconteceram 873 greves no Brasil, sendo o maior número registrado desde 1996.

Ainda, Rui Braga (2013) também sob referências do DIEESE afirma que “o número de horas paradas em 2012 foi 75% superior ao de 2011, alcançando um pico histórico inferior apenas aos de 1989 e de 1990” (p. 143-144).

Considerando todo esse cenário de reorganização de 2004 para cá, em 2010 a central Conlutas fundada em 2004 passa por um processo de reformulação, tornando-se a CSP-Conlutas central sindical e popular, que busca agrupar em seu interior diversos setores do movimento sindical e popular, especificamente, Movimento Mulheres em Luta – MML; Assembleia Nacional de Estudantes - Livre – ANEL; da população negra e quilombolas – Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe e os LGBTs⁴⁴, essas entidades e movimentos que tem com base o classismo e são exemplos concretos da disposição de luta dos movimentos sociais não governistas.

⁴⁴ O MML foi fundado em 2008, a ANEL em 2009 e o Quilombo Raça e Classe 2011. Ambos em seu programa de fundação são claros na defesa do classismo, do socialismo e se apresentam como oposição a CUT, PT e a União Nacional dos Estudantes – UNE. Em relação a CSP – Conlutas, essa nega desde sua fundação receber a contribuição sindical que foi institucionalizada também às centrais sindicais em 2002 pelo presidente Lula.

Dessa forma, os estudos e vivências mostram que existe um processo de reorganização de oposição sindical e popular no Brasil, fruto do conjunto de insatisfações com as antigas direções sindicais, cooptadas pelo governo do PT cada vez mais atrelado às políticas neoliberais. O nível de insegurança social, desemprego, escassez de empregos estáveis, precarização aguda nos setores não e/ou menos qualificados, constituem uma conjuntura de revolta popular.

Por conseguinte, esses fatores demonstram que há setores com disposição de luta e não se limitam especificamente ao movimento sindical, exemplo disso foram as “Jornadas de Junho de 2013” como ficou denominado o movimento de massas, composto na sua grande maioria por jovens, que não reivindicavam partidos nem sindicatos, mas que levantaram as bandeiras que há anos vinham/vem sendo defendidas pelos movimentos mais combativos, como saúde, educação, transporte, contra a corrupção e descrédito em relação à direção do Estado orquestrado pelo parlamento como um todo.

Com isso, abriu-se um novo período de mobilização, que não se restringe a defesa somente de salários, porque nesse caso o salário é o que menos existe. Nesse sentido, ocorre uma levante e questionamento em relação às políticas de direção de Estado, lutando-se em defesa de mais investimento nas áreas sociais e por liberdade democrática. Embora sendo negado por parte dos manifestantes a presença de sindicatos e partidos políticos da esquerda combativa, esses organizaram protestos nacionais, marchas à Brasília, reuniões ampliadas de diversos setores.

Tudo isso para unir as insatisfações em prol de um movimento nacional de oposição aos governos vigentes, como forma também de cumprir a tarefa histórica dos sindicatos não pelegos construindo a consciência classista e fortalecendo diversos setores explorados.

Por fim, gostaríamos de deixar registrado que antes do fechamento desse trabalho, ocorrerem três fatos que estão diretamente ligados à juventude brasileira atual e futura, que de acordo com os planos governamentais será uma geração com menos direitos e juntamente com esses os trabalhadores. Ao final do seu primeiro mandato em 2014 a presidente Dilma Roussef baixou duas Medidas Provisórias: MPs 664 e 665 que em essência restringem e dificultam mais ainda o acesso a pensão por morte, auxílio doença e seguro desemprego. A juventude que foi às ruas em 2013 defender seus direitos com essas medidas recebe um grande golpe. Destaca-se que segundo dados do próprio governo são os jovens que representam as altas taxas de rotatividade do emprego, não conseguindo completar sequer um ano de trabalho. Em síntese, para eles o seguro desemprego é coisa do passado.

O segundo fato alarmente, refere-se ao Projeto de Lei 4330, desengavetado pelo presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha-PMDB cuja finalidade é regulamentar a terceirização no Brasil para abranger além das atividades-meio as atividades-fim. Isso quer dizer que serão menos direitos, menores salários, maior carga de trabalho e muito mais lucro para os empresários.

O terceiro diz respeito ao corte de 7 bilhões de reais da educação que desde já vem demonstrando que essa não é prioridade para o governo e empresários. Os efeitos desse vergonhoso corte já são visíveis nas universidades federais e estaduais e escolas públicas. São cortes de bolsas, redução da assistência estudantil, ausência de concurso público, estruturas precárias sem data para manutenção, escolas sem material didático, merenda, entre outros.

Diante dessa conjuntura de ataques aos direitos sociais, o processo de ruptura e reorganização tende a se intensificar e isso não poderá acontecer se os setores em luta não fortalecerem a cada dia a unidade entre juventude e trabalhadores. Sendo que a juventude é trabalhadora precarizada. Por fim, a história já demonstrou que a unidade dos setores explorados pelo capitalismo continua sendo tática eficiente pra a superação capitalismo e tão atual quanto esse sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de nosso trabalho vimos que o plano e defesa da implantação do sindicato oficial no Brasil na década de 1930, período dominante das concepções populistas dentro dos sindicatos, do Estado “protetor” das leis sociais e trabalhistas exerceram controle quase que absoluto sobre a estrutura e prática sindicais, como forma de conter as embrionárias organizações dos trabalhadores da época e atender ao projeto do pacto social alinhado à dominação capitalista.

Os sindicatos nesse período foram transformados em agências públicas do Estado, o que desmobilizou a atuação independente e classista que antecedeu a oficialização desse importante instrumento de classe. Certamente a investidura sindical representou o precedente objetivo para a justificativa do controle operário, através das normas estabelecidas. O reconhecimento legal dos sindicatos impediu que as oposições pudessem atuar de forma legítima, através da unicidade sindical, poder estabelecido a somente um sindicato representar uma categoria por região e o então modernizado imposto sindical, agora chamado contribuição sindical, mostram que o essencial da estrutura do sindicato oficial ainda persiste.

Quando o novo sindicalismo tomou forma em 1979, aquele modelo de 1930 já havia entrado em processo de desgaste, o qual fora ocasionado pela irrupção da ditadura civil militar em 1964. A nova política de desenvolvimento do Estado estava menos ligada à ideologia protecionista, tendo em vista a abertura do país ao capital internacional. Esse último elemento gerou crises entre os setores dominantes, especialmente entre burguesia nacional e aqueles que defendiam uma maior abertura do mercado e flexibilização dos direitos trabalhistas.

As ideias combativas disputaram espaço com as tendências neocorporativas já em fins da década de 1970, entretanto, o contexto brasileiro diante de crise da ditadura, maior arrocho salarial e luta encarniçada contra a política de desenvolvimento do Estado, foi terreno infértil para o desenvolvimento do processo de desregulamentação do setor produtivo estatal e direitos sociais, fato contrário observado nos Estados Unidos e Europa, onde o neoliberalismo teve sua origem e espaço de aplicação.

O novo movimento teve seu auge em 1983. Tal contexto representou um grau elevado de organização, do qual a CUT e PT se originaram. A criação desses organismos de classe é considerado referência no processo de luta de classes brasileira. Indubitavelmente a classe trabalhadora brasileira pôs em seu programa e prática políticas e princípios que se assemelham as ideias marxistas de sindicato. A autodenominação como classe trabalhadora, contra a política econômica e o regime político ditatorial, certamente ultrapassaram os

princípios puramente econômicos. A luta política era pela liberdade e pelo fim da exploração capitalista.

No entanto, as classes dominantes ao longo do período descrito superaram suas divergências e decidiram unir-se em torno da plataforma neoliberal. Isso fortaleceu as tendências neocorporativistas, enfraqueceu ainda mais o corporativismo tradicional e deixou sob alerta os setores combativos.

Em 1990 o neoliberalismo como um sistema político-econômico e ideológico, no que diz respeito ao movimento sindical, consolidou a *ideologia neocorporativista*, essa como ideologia reformada do sindicato de Estado. Refere-se à formação de categorias profissionais por ramo produtivo, negando-se a ampla união da classe trabalhadora e imprimindo aos sindicatos a velha concepção de agência de regulação do valor da força de trabalho. Esse “perfil” foi pouco a pouco sendo incorporado pelo programa antes classista e combativo.

Ainda, ocorre a exaltação do mercado, da livre concorrência e iniciativa empresarial, rejeitando de modo agressivo, no entanto genérico e parco, a intervenção do Estado na economia; defende a desregulamentação das relações de trabalho, privatização das empresas estatais através de leilões, concessões e terceirizações de serviços.

É notável que no campo da produção social o neoliberalismo exigiu do movimento sindical uma grande derrota como condição do seu sucesso. Além do mais, o neocorporativismo se reveste no abandono de conteúdos classistas. Os trabalhos estáveis em tempos de reestruturação produtiva veem os postos de trabalho cada vez mais instáveis e um completo desmonte dos direitos fundamentais do trabalho.

Boito Jr. contrapôs os ideólogos do neoliberalismo confirmando que a política neoliberal aprofundou as problemáticas sociais, pois reduziu os gastos do Estado que já eram demasiados pequenos. Entretanto, concomitantemente aumentou os gastos financeiros, que para se realizarem necessitam do arrocho das verbas sociais.

Esse contexto se torna mais preocupante a partir da visível adesão dos setores que ora foram oposição a essas medidas, muito mais nos anos 2000, período ainda em aberto e também traz consigo o processo de reorganização das lutas, revelando quão danosas são a flexibilização dos princípios de defesa da classe trabalhadora.

Esse período encontra-se em aberto, haja vista a sequência de mandatos do governo do PT e sua aliança com a agenda neoliberal. Não obstante, essa mesma conjuntura foi propulsora de rupturas no interior das organizações neopelegas, uma vez que existem movimentos sociais de diversos setores da sociedade que vem travando disputas tenazes contra a política de precarização e desmonte dos escassos direitos sociais.

Abriu-se um debate amplo ao redor da pergunta: qual sindicalismo? Estamos vivenciando os desdobramentos resultantes do aparelhamento do governo e suas entidades aliadas, ao projeto em curso de abandono dos investimentos no setor público. O processo de reorganização dos movimentos sociais sobre a plataforma classista e independente de patrões e governos se mostra em vias de avanço, mas diante de uma comparação quantitativa, ainda um pouco insipiente.

É claro que isso não significa dizer que a ideologia neoliberal esteja cada vez mais fortalecida, mas é necessário deixar claro que ela possui uma estabilidade, pois por um lado consegue sustentar o controle do Estado sobre as organizações sindicais, através da estrutura burocrática. Por outro, mostra-se predominante na maioria dos sindicatos Brasil a fora.

As novas oposições sindicais cumprem relevante papel na quebra dessa estabilidade político-ideológica, sendo um dos desafios para que haja uma vez mais a superação das demandas economicistas dos sindicatos atuais. O neocorporativismo afeta muita das vezes até os sindicatos mais combativos, sempre lembrando que a estrutura sindical reformada é marcada pelo excesso de burocratismo.

Ao final da redação desse trabalho, está para acontecer a Reunião Ampliada dos Servidores Federais em Brasília que possui a proposta de unificar o conjunto do funcionalismo pela defesa dos serviços públicos e de qualidade. Em nossa avaliação esse momento constitui-se como avanço significativo. A plataforma é nítida: contra as privatizações, terceirizações e precarizações.

Mas ainda há outro desafio, que pela questão de espaço não será possível debater de forma mais sistemática, mas que representa verdadeiro impasse dentro dos movimentos sociais combativos. O fato é este estudo realizado pelo DIESSE em 2013 mostra que 55% dos trabalhadores do Brasil não chegam a completar nem mesmo um ano no emprego, o nível de rotatividade é excessivo, sem contar que se refere a força de trabalho mais precarizada e menos qualificada do país.

Não bastasse isso, no dia 29 de dezembro de 2014 foram alterados por meio de medida provisória da Presidente Dilma Rousseff as regras para o seguro desemprego que de seis meses, passa a ter direito quem trabalhar um ano e meio; o abono salarial (PIS) de um mês vai para um ano e seis meses em tempo ininterrupto, sendo que ainda será proporcional ao salário. Interessante que os estudos mostram que 74% dos que solicitam o seguro desemprego são os que estão entrando no mercado de trabalho cada vez mais precarizado e com alto nível de rotatividade.

Os exemplos são vários, cito somente esses para ilustrar quais são as medidas mais atuais que estão atravessando os debates sindicais. Mas, o que fazer para mudar essa realidade? Como capitanear todas essas insatisfações ao redor de uma plataforma ofensiva? Sem contar que ainda há uma parcela de trabalhadores que se encontram fora dos locais de trabalho, fora de sindicatos, sem perspectiva inclusive de conseguir um trabalho, são trabalhadores que para fugir da fome vão para o mercado informal onde nem sequer se fala em direitos trabalhistas.

Acreditamos que esta seja uma importante tarefa que o sindicalismo atual não conseguiu solucionar ou debater profundamente, dado a insistência da concepção setorizada que impera na maioria dos sindicatos, inclusive os mais combativos. Em junho de 2013 presenciamos uma amostra do que acontece quando as indignações são postas nas ruas, mesmo que essa experiência tenha sido não tão centralizada. Ainda, novos protestos estão ocorrendo já no início de 2015 em capitais como Rio de Janeiro e São Paulo devido ao aumento da tarifa do transporte.

Enquanto isso, a polícia reprime e o governo se cala.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Maria de. **Os sindicatos e a luta contra a burocratização**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007. 112p. (Coleção 10,1).
- ANTUNES, Ricardo, 1953. **O novo sindicalismo no Brasil** / Ricardo Antunes. – 2. ed. Ver e ampl. – Campinas, SP: Pontes, 1995.
- _____. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP, Cortez, 2003.
- _____. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)** / Ricardo Antunes. – 2. ed. –Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- _____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho** / Ricardo Antunes. – [2.ed., 10.reimpr. rev e ampl.]. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
- AGUENA, Paulo, org. **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008. (Coletânea de textos de Marx, Engels, Lenin e Trotsky).
- ALTHUSSER, Louis, 1918 – **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado** (AIE / Louis Althusser; tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. – Rio de Janeiro: Edição Graal, 1985).
- AZIS, Simão. **Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo**. Editora Dominus (Universidade de São Paulo), 1966.
- BADARÓ, Marcelo Mattos. **Greves no Brasil: o despertar de um novo ciclo de lutas?**. Artigo disponível na edição de Maio de 2014 da revista eletrônica Habanero.
- BADARÓ, Marcelo e ALVARO, Bianchi. **O marxismo precisa se renovar**. Entrevista disponível no blog Convergência Socialista. Julho de 2014.
- BOITO JUNIOR, Armando. **Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: HUCITEC, 1991.
- _____. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Editora Xamã, 1999.
- _____. **De volta para o novo corporativismo: a trajetória política do sindicalismo Brasileiro**. São Paulo em Perspectiva, 8(3), 1994.
- _____. **Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil**. Artigo publicado na revista Crítica Marxista, nº3. São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.

BOITO, Armando e MARCELINO, Paula. **O sindicalismo deixou a crise para trás? um novo ciclo de greves na década de 2000**. CADERNO CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 323-338, Maio/Ago. 2010.

BRAGA, Ruy. **Sob a sombra do precariado**, in **Cidades Rebeldes** [recurso eletrônico], **Passé Livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. **Quem é o precarizado**. Blog Convergência Socialista. Dezembro de 2014.

_____. **Precariado e Sindicalismo no Sul Global**. Revista Outubro, n.22, 2º semestre de 2014.

GIANNOTTI, Vito. **O que é Estrutura Sindical**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1998.

IANNI, Octavio. **O ABC da Classe Operária**. Editora HUCITEC, São Paulo, 1980.

LÊNIN, Vladimir. **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Pólis, 1979, pg. 83-293.

MARX, Karl, 1818-1883. **A ideologia alemã** / Karl Marx e Friedrich Engels; [introdução de Jacob Gorender]; Tradução: Luis Claudio de Castro e Costa- São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Cartas Filosóficas e O Manifesto Comunista de 1848**. Editora Moraes, 1987.

_____. **Contribuição à crítica da economia política** / Karl Marx; tradução e introdução de Florestan Fernandes. – 2.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O Capital: crítica da economia político: livro I/Karl Marx**; tradução de Reginaldo Sant'Anna. – 25ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

_____. **Sindicalismo/ Marx, Engels**; Tradução de José Roberto Marinho. –São Paulo: CHED, 1980. (Coleção polêmicas operárias: Série Sindicato).

LOSOVSKY, D. **Marx e os Sindicatos: o marxismo revolucionário e o Movimento Sindical**. Editora Anita Garibaldi, São Paulo. 1989.

MOISÉS, José Álvaro. **Lições de Liberdade e de Opressão: os trabalhadores e luta pela democracia** / José Álvaro Moisés. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder e o Socialismo**. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

RIDENTI, Marcelo e REIS, Aarão, (ORG). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Leôncio Martins e CARDOSO, Adalberto Moreira. **Força Sindical: uma análise sociopolítica**, Paz e Terra, São Paulo, 1993.

WELMOWICKI, José. **Cidadania ou Classe? O movimento operário da década de 80**. São Paulo: Editora “Instituto José Luís e Rosa Sundermann”, 2004.

WEFFORT, Francisco Correia. **O Populismo na política brasileira.** – Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia. Crise Econômica e Interesses Organizados: **O sindicalismo no Brasil dos anos 80.** – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

VIEIRA, Evaldo. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil: Oliveira Vianna & Companhia/** Evaldo Vieira. 2ª ed. São Paulo. Cortez, 1981.

VIANNA, Luís Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. .

ZIZEK, Slavoj (ORG). **Um mapa da ideologia/** Theodor W. Adorno... [et. al.]; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.